

Respeito à diversidade

CadernoJU

Atitudes violentas e preconceito no contexto universitário trazem à tona debate sobre desigualdades étnico-raciais e de gênero, suas implicações e seus significados



Concílio (2010), obra e foto do artista visual Sandro Ka



CARLOS ALEXANDRE NETTO

**Retrospectiva
revela uma
UFRGS maior
e mais plural**



P8

BANCOS COMUNITÁRIOS

Moeda popular

Entre os projetos do movimento nacional de bancos comunitários já implantados em Porto Alegre, a UFRGS presta apoio a iniciativas nos bairros Sarandi e Cascata através do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, ligado à Escola de Administração. Esses bancos não trabalham com dinheiro de papel. Todo o sistema é gerenciado pelo e-dinheiro, um sistema virtual que funciona por meio de um aplicativo no celular, com o qual os usuários podem realizar transferências, depósitos, pagamentos e controlar gastos. **P5**

PIERRE LÉVY

A seleção de fontes na Rede

Em entrevista exclusiva ao JU, o filósofo francês, mais conhecido no país por sua obra *Cibercultura*, fala sobre a necessidade de se estabelecer uma nova forma de relação com o conhecimento, já que este tem-se tornado mais difuso e acessível. Entre as advertências que faz para uma boa seleção de fontes nas pesquisas na Internet, ele destaca alguns princípios que o internauta deve seguir, como diversificar as fontes a serem seguidas, além de verificar seu grau de transparência. **P7**

AÇÕES AFIRMATIVAS

Balanco de oito anos do programa revela mudanças no perfil dos estudantes

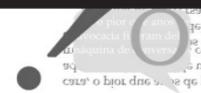
P4

Região metropolitana

As consequências da desregulação dos centros urbanos **P10**

Lei Rouanet

Momento propício para pensar novas perspectivas **P13**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

A missão permanece

A gravidade da crise econômica está definindo um preocupante cenário de investimento público para 2017. O necessário ajuste das contas públicas parece transformar todo tipo de despesa questionável e passível de cortes. Muito se tem debatido sobre os investimentos em educação, segurança e saúde, mas o tema continua sendo pauta permanente de reflexões.

É indiscutível que, em pouco mais de uma década, a educação passou a ocupar posição de destaque na política pública. O orçamento praticamente triplicou, atingindo mais de R\$ 130 bilhões em 2015, e foram criados programas atendendo a todos os níveis educacionais. A partir de uma visão sistêmica, a antiga dicotomia ensino básico/ensino superior foi superada com a definição de políticas e destinação de recursos adequados de forma não excludente.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Reuni, pode ser considerado o paradigma para a educação superior. Pela adesão livre e autônoma das instituições, o sistema federal hoje oferece mais do que o dobro das vagas na graduação; foram criados novos campi e novas universidades. Na UFRGS, a expansão de 30% na graduação

e quase 40% na pós-graduação permitiu a maior renovação de quadros já vivenciada na instituição. Em 2014 foram executados R\$ 190 milhões e em 2015 o orçamento de custeio e de capital mais do que dobrou.

A adoção política de Ações Afirmativas, tornada Lei Federal em 2012, abriu a instituição à diversidade, promovendo a inclusão pelo ingresso dos cotistas. Com 50% das vagas, em todos os cursos de graduação, reservadas para egressos de escolas públicas, incluindo autodeclarados negros e estudantes com diferentes níveis de renda familiar, a UFRGS hoje reflete melhor a sociedade gaúcha e brasileira e avançou em qualidade acadêmica e institucional, segundo todos os indicadores nacionais e internacionais disponíveis.

Mesmo diante desse cenário e do reconhecido sucesso dessas políticas, voltam à mídia críticas à gratuidade do ensino superior público e a ideia – equivocada – de que tais instituições recebem majoritariamente estudantes das classes média e alta, o que demonstra total desconhecimento do atual perfil dos ingressantes nas IFES. Como missão fundamental da Universidade, entendemos que o ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* deve continuar sendo gratuito. Igualmente, os recursos para

garantir a manutenção e o apoio acadêmico aos estudantes em vulnerabilidade social, por meio do PNAES, devem ser mantidos e expandidos.

Da mesma forma, deve ser reconstituído o orçamento para Ciência, Tecnologia e Inovação. A oportunidade concreta se apresenta com a aprovação dos projetos do Edital dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e com a recente aprovação do novo Marco Legal. E têm caráter de urgência a renovação dos Fundos Setoriais e do FNDCT, além da definição de políticas de aproximação com empresas para o financiamento da inovação que o país necessita.

Em momentos de crise, devemos absorver a realidade adversa sem, contudo, abdicar da missão institucional e de seus valores e princípios. É impensável construir um país sem sólidas políticas de educação e de ciência, tecnologia e inovação. Uma alternativa para vencer a crise é reforçar o investimento na universidade pública e nas áreas que embasam desenvolvimento, avanços sociais e construção de cidadania. É fundamental consolidar as conquistas para estabelecer novas condições de crescimento. Esperamos que essa crise que vivemos hoje seja passageira.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angéla
Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira
Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida
Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle
Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva,
Rosa Maria Bueno Fischer

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso
Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e
Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Cademro JU)

Diagramação Gabriel Demarchi e Vera Gliese

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Paim Falcetta e Felipe Ewald

Bolsistas (Jornalismo) Júlia Costa dos
Santos, Kayan da Silva Moura e Lucas Mello

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares

ufrgsnoticias



Artigo

Historiadores que tomam partido

*“Acredito que
‘viver significa tomar partido’.
Não podem existir os apenas homens,
estranhos à cidade.
Quem verdadeiramente vive
não pode deixar de ser cidadão,
e partidário.”*

Antonio Gramsci,
Ódio Gli Indifferenti, 1917

Não foram os acontecimentos de 2016 no Brasil que culminaram no golpe, nem os crescentes casos de discriminação e intolerância na Universidade que nos levam a tomar partido. Felizmente, há séculos, os historiadores e as historiadoras refletem sobre o papel político do intelectual ou, mais especificamente, sobre a sua função social – o que significa não ser indiferente.

Nesse debate, por meados do século XIX, consolidou-se uma concepção disciplinar sobre a história, segundo a qual caberia ao historiador atuar com isenção e neutralidade, afastando-se de determinadas “paixões” que pudessem comprometer

a ciência. Porém, desde então, muitas críticas foram feitas a esse entendimento do ofício, ressaltando que não há nenhuma impossibilidade epistemológica ou existencial no posicionamento político do profissional; pelo contrário, o que se evidencia é que o ato de não se posicionar se trata muito mais de uma covardia cognitiva, moral e política.

Em relação ao golpe de 2016, foi criado em nível nacional um grupo intitulado “Historiadores pela Democracia” para articular a mobilização daqueles que se identificavam com valores democráticos que estavam sendo ameaçados, assim como outras categorias profissionais o fizeram. Formado por historiadores e historiadoras cuja característica é o respeito à pluralidade de concepções e fazeres, em junho, o grupo teve uma audiência com a presidenta afastada, Dilma Rousseff, solidarizando-se em defesa da democracia. A partir de então, uma série de eventos estão sendo realizados nas universidades brasileiras, debatendo questões que exigem um posicionamento: as propostas dos defensores da “Escola sem partido”, a imposição de um

fundamentalismo religioso na legislação sobre os direitos civis, etc.

Assim como ocorrera relativo a 1964, quando se originou uma disputa de sentidos do passado – o “golpe” ou a “revolução” –, denominar os acontecimentos de 2016 como um “golpe” é promover um debate intelectual e participar de uma contenda política no âmbito público. Justamente nesses espaços públicos que são colocados em questão as imagens e os sentidos do passado, bem como os valores que regem nosso presente para pensarmos perspectivas futuras. Novamente, eis a função social do historiador, interferindo nos conflitos de sentido que se produzem no espaço público através da crítica a memórias ou a determinadas concepções de história.

Quanto à UFRGS, nos últimos meses têm aumentado significativamente os ataques que denunciam uma intolerância que sempre existiu, mas permanecera velada durante muitos anos, passando a ser conhecida nas manifestações de cunho racista com a implementação da política de cotas na Universidade, até chegar aos casos mais recentes de LGBTfobia, misoginia e

racismo. Que a equidade, o respeito e a tolerância às diferenças não são valores disseminados na sociedade brasileira, isso não é novidade; precisamos, porém, nos questionar: que cultura é essa que se criou a partir de uma ideia que o debate, o dissenso e o posicionamento ideológico são vistos como algo pernicioso?

Rever crenças e valores morais pressupõe uma vontade de se questionar a respeito de determinadas concepções que se tem de mundo – e, na maioria das vezes, ocorrem processos de distorção e/ou invenção de realidades para uma conformação com determinada visão de mundo. Assim, os ódios de classe e de gênero e o ódio racial devem ser sempre denunciados como o sinistro da história, não no sentido do que deveria estar oculto, mas sim do que perdeu os limites entre a fantasia e a realidade. Frente a essa situação, os professores do Departamento de História tomam partido pela democracia, pelo respeito às diferenças e por uma sociedade mais justa.

Plenário do Departamento de História da
UFRGS, julho de 2016



A professora do departamento de Fisiologia do ICBS, Anapaula Sommer Vinagre, foi uma das alunas da oficina de ilustração científica

Sombreado e leveza

Capacitação Oficina desenvolvida para servidores no ICBS ensina a importância de aspectos da ilustração científica

A primeira lição foi aprender a fazer a ponta no lápis. Passada a surpresa – afinal de contas, “quem não sabe usar um apontador?” –, todos entenderam que só com o uso do estilete se consegue uma ponta mais arredondada, condição ideal para realizar o sombreado em um desenho. Geralmente é assim que a bióloga Bianca Martins Mastrantonio começa um curso de ilustração científica como o que ministrou no mês de julho para uma turma de dez servidores da Universidade em um dos laboratórios do ICBS, onde trabalha como técnica administrativa. A previsão é de que seja oferecida uma nova edição nas próximas férias de verão.

Devido à amplitude das áreas de conhecimento que adotam o desenho como ferramenta explicativa de conteúdos diversos, a turma de oficinheiros refletiu esse universo ao reunir técnicos e professores provenientes das áreas da Botânica, da Microbiologia, da Parasitologia, da Anatomia Humana, da Fisiologia, da Histologia e também um representante do Ceclimar que trabalha com

mamíferos marinhos. A capacitação teve um total de 40 horas-aula, com encontros semanais às sextas-feiras, das 8h às 12h, e os trabalhos dos alunos serão expostos em outubro no saguão do prédio da reitoria – uma promoção da Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade (EDUFRGS).

São muitos os usos que podem ser feitos das técnicas aprendidas durante as aulas. Alguns servidores planejam fazer as próprias ilustrações nos futuros trabalhos de pós-graduação que têm interesse de realizar. Outros pensam em usar os novos conhecimentos nas atividades que desenvolvem em suas unidades, produzindo as ilustrações. Já os professores buscam qualificar os desenhos que fazem em aula e as ilustrações para livros ou publicações científicas. Alguns também têm interesse em produzir material para ensino a distância.

Definição – “Além da proporção e da sombra, existe ainda outro aspecto importante: a observação”, comenta Bianca, ao falar das especificidades da ilustração científica. “Esse é um aprendizado essencial do curso”, ressalta. É necessário observar características que, normalmente, passam despercebidas. Um vaso de violetas, por exemplo, não é apenas um conjunto de folhas e algumas pequenas flores: quantas folhas, quantas flores, qual a direção das folhas, que proporção existe entre elas, quantas e como são as ranhuras, etc. “Isso tudo tu só vais enxergar na hora de desenhar. A observação é fundamental”, conclui.

Por outro lado, ela reforça que esse tipo de desenho não é

um trabalho de criação, mas de representação fiel daquilo que se pretende abordar. Por isso, conforme o campo de conhecimento em questão, serão privilegiadas certas técnicas em detrimento de outras.

Enquanto o desenho a lápis é uma das habilidades básicas utilizadas de forma recorrente, o uso da aquarela é comum naquelas áreas nas quais a cor é uma característica importante para o estudo, como na Botânica e na Zootecnia, dada a diversidade de animais e plantas. Há também o desenho a nanquim, igualmente aplicado em todos os campos.

A proporção entre os elementos do objeto desenhado e a relação da luz e da sombra nele contidas irão dar uma noção de tridimensionalidade à ilustração científica. “Esses são os aspectos principais e também os mais difíceis”, alerta a professora. Por ser uma atividade que envolve o observar, o ater-se a detalhes, o registrar com precisão cada elemento, é comum a ilustração científica ser um trabalho demorado, que pode tomar horas ou até mesmo dias. Existe também o tempo de cada pessoa para executar tal tarefa, observa Bianca. Por conta disso, ela procura tranquilizar seus alunos quanto ao número de desenhos que eles farão durante o curso: “O importante é o resultado de cada ilustração”.

Aplicação imediata – Simone Marcuzzo é professora de histologia do Departamento de Ciências Morfológicas e sempre gostou de desenhar, utilizando bastante esse recurso em suas aulas para ilustrar as atividades práticas.

É recorrente fazer esquemas no quadro daquilo que demonstra no microscópio ou projeta na tevê, pois nem sempre ficam claros para os alunos todos os detalhes importantes ao aprendizado.

Além dessa aplicação direta em sala de aula, Simone pretende usar o que aprendeu na oficina para a produção de material didático on-line, fazendo adaptações de diferentes esquemas que pesquisa em livros, mas que isoladamente não dão conta daquilo que ela está ensinando à sua turma. Ela inclusive solicita aos alunos que desenhem o assunto estudado e argumenta: “Cercando o conhecimento de várias maneiras, eles irão fixar melhor o conteúdo”.

Intuitivos e desorganizados, assim a docente define os esquemas que rabisca no quadro verde. E é justamente desse aspecto de organização que ela mais tirou proveito da oficina de ilustração científica. Embora não tenha encontrado dificuldade no aprendizado das técnicas, percebeu a necessidade de tornar mais delicado o traçado dos desenhos: “Isso é um pouco difícil, mas tivemos tempo para aprender”.

Segundo Simone, existe ainda outro aspecto positivo: a possibilidade de abrir uma brecha na rotina atribulada de trabalho na UFRGS, que inclui atender alunos, cumprir prazos, dar aulas, etc. “Mas lá [na oficina de ilustração] não, é das 8h ao meio-dia, um tempo exclusivo para se dedicar a outra coisa” – ainda que isso implique frustrações, como se dar conta de que não sabe apontar um lápis ou reconhecer o material mais apropriado para um desenho: “Foi bem válido”.



Conhecendo a UFRGS

A paz como uma construção a ser ensinada e aprendida

Manifestações de intolerância, de desrespeito e de violência têm se tornado muito presentes nos dias atuais. Como forma de refletir sobre essa situação e de incentivar práticas respeitadas e solidárias, a Universidade desenvolveu o curso de aperfeiçoamento *Escolas da Paz*, que visa ensinar aos professores como disseminar a cultura de paz nas escolas e na sociedade. Idealizado por um grupo interdisciplinar da UFRGS, a iniciativa discute a base dos enfrentamentos e suas possíveis soluções.

Para a coordenadora do projeto, Luciane Cuervo, docente do departamento de Música do Instituto de Artes, “paz não é, necessariamente, a ausência de conflito”. A cursista Nara Nachtigall acredita que, para se viver numa sociedade que cultive a paz, é preciso “saber que existem diferenças e, a partir delas, perceber o outro como um cidadão de direitos”.

Uma das principais iniciativas foi a realização de um curso no qual professores aprenderam o que é a cultura de paz, a sua importância e como planejar ações pedagógicas que a disseminem.

Foram desenvolvidos um *e-book*, um livro físico e um documentário, dirigido pela professora da Unisinos Luciana Kraemer, que está disponível no site do curso: www.ufrgs.br/edupaz.

Ao final do projeto, os cursistas puderam levar o que aprenderam para seus ambientes escolares. “Com a minha turma de 1.º ano, trabalhei a questão da cultura afro”, disse a docente Giovana Soares. Já a professora Nara realizou um projeto na Pequena Casa da Criança, no bairro Partenon, em Porto Alegre: “Estamos com o projeto ‘Música pela Paz’, no qual realizamos oficinas de flauta-doce, e os jovens aprenderam a lidar uns com os outros”.

Lucas Katsurayama, estudante do 3.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

O programa *Conhecendo a UFRGS* sobre o curso *Escolas da Paz* vai ao ar no dia 9 de agosto, às 18h e às 23h, através da UNITV, canal 15 da NET PoA, que também pode ser assistido ao vivo pelo link www.unitv.tv.br



Cotas na UFRGS: oito anos

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - AGO/2012



Equipe CAF*

A implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS constituiu-se no marco inicial das políticas de inclusão nas universidades federais do estado. A adoção dessa medida foi a culminância de um processo de discussão ampla sobre as ações afirmativas. Participaram desse movimento a comunidade universitária representada pelo Diretório Central de Estudantes (DCE), o Fórum de Ações Afirmativas da UFRGS, a Associação dos Servidores (ASSUFRGS), a Associação dos Docentes (ADUFRGS), a Associação dos Estudantes de Pós-graduação (APG), bem como o Movimento Social Negro, representado pelo Movimento Negro Unificado (MNU); os Povos Indígenas, representados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e por lideranças ligadas ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI). Como culminância, o “Programa de Ações Afirmativas” foi aprovado pelo Conselho Universitário, na sessão de 29 de junho de 2007, resultando na Decisão nº 134/2007, com repercussão no Concurso Vestibular do ano seguinte. O modelo adotado acompanhou o mesmo perfil da reserva de vagas seguido nas pioneiras universidades que já haviam implantado iniciativas similares. Do total de vagas em todos os cursos da UFRGS foi estipulado percentual de 30% para candidatos egres-

ses de escola pública e, desses, a metade para candidatos autodeclarados negros. Na decisão também foi implantado o Ingresso Especial Indígena, definindo 10 vagas anuais, de acordo com a escolha de cursos pelas comunidades indígenas.

Em se tratando de uma política educacional recente e vinculada a aspectos históricos do quadro de desigualdades sociais e raciais no Brasil, a adoção de cotas ensejou discussões e propostas que evidenciaram contradições e vulnerabilidades próprias da conjuntura nacional. Mesmo que as ações afirmativas já estivessem ocorrendo em algumas universidades públicas brasileiras, a aceitação da política na UFRGS sofreu as resistências previsíveis, considerando os paradigmas de enfrentamento das desigualdades, bem como os padrões de dominação cultural e étnica historicamente reproduzidos no país. Tendo a vigência de cinco anos (2008-2012), o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS foi avaliado em 2012 e registrou os resultados positivos alcançados por essa política de inclusão, tendo como consequência a aprovação da continuidade do Programa pelo período de 10 anos, conforme a Decisão nº 268/2012, do Consun.

Essa política de inclusão e de valorização da diversidade foi intensificada em 2012, com a aprovação da Lei Federal nº 12.711, a chamada “Lei de Cotas”. Esta norma determinou a obrigatoriedade de todas as Universidades e Institutos Fede-

rais destinarem, até 2016, 50% do total de suas vagas regulares, em todos os cursos, a estudantes de escola pública, de baixa renda, e para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Em 2012, foi criada na UFRGS a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), tendo como atribuição o seguimento do Programa. O órgão já apresentou dois relatórios de avaliação, incluindo a análise de desempenho acadêmico dos estudantes cotistas. Tendo o Programa de Ações Afirmativas da Universidade completado oito anos, a sua execução e desenvolvimento permitem a realização de um balanço sobre o percurso dessa iniciativa, evidenciando seus resultados e as metas alcançadas.

Considerando o intervalo de 2008 a 2015, a UFRGS teve um total de 27.891 matriculados pelo ingresso universal e de 12.657 no ingresso por reserva de vagas, sendo 7.611 ingressantes pela reserva destinada à escola pública; 3.412 pela reserva para escola pública, autodeclarados negros ou PPIs – preto, pardo ou indígena; no mesmo período, 2.668 alunos ingressaram por meio da reserva para estudantes de baixa renda.

Esse é um resultado muito positivo, pois revela uma mudança significativa no perfil dos estudantes da Universidade. A cada ano, cresce a ocupação das vagas reservadas a estudantes pretos, pardos e indígenas: em 2014, alcançamos o preenchimento de 78% dessas vagas. O mesmo se pode observar com relação às vagas reservadas a estudantes de renda baixa: em 2014, 98% dessas vagas foram ocupadas. Nos cursos de mais alta concorrência, esse preenchimento tem sido total. Isso significa que os candidatos têm procurado a oportunidade trazida pelas cotas de diplomarem-se em Medicina, Psicologia, Nutrição, Direito, Computação, entre outras carreiras. Essas eram áreas em que na UFRGS, efetivamente, pouquíssimos estudantes tinham esses perfis sociais e étnico-raciais.

Com a consolidação dessa política, a UFRGS, juntamente com as outras IFES, contribui para o sistemático enfrentamento das desigualdades sociorraciais, uma vez que a igualdade de oportunidades para ingresso no ensino superior público permitirá que estudantes de escola pública, autodeclarados negros e indígenas, possam desenvolver novos percursos de inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma mudança estratégica na intervenção governamental para a promoção da equidade social e racial. É importante evidenciar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2001 a 2011 a presença de negros no ensino superior brasileiro passou de 10,2% para 35,8%..

Desde a implantação das Ações Afirmativas, em 2008, o número de alunos diplomados na UFRGS foi de 4.478 na categoria Universal e 1.449 na categoria Reserva, sendo 1.266 advindos da reserva para escola pública e 182 da reserva para pretos, pardos e indígenas. Dos alunos indígenas ingressantes pelo processo seletivo especial, temos seis graduados, em Enfermagem, Medicina, Direito, Pedagogia e Serviço Social.

As formaturas e a vida nos campi revelam a diversidade existente hoje na Universidade. Diversidade que tem associado o perfil discente a iniciativas importantes nesse campo já realizadas na UFRGS, mesmo antes das cotas, por pes-

quisadores interessados em temas ligados à educação para a diversidade. Um exemplo é a Pró-reitoria de Extensão, em especial por meio do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, do Museu e de programas que já deixaram seu legado, como o Conexão de Saberes, por meio do qual estudantes universitários de origem popular trabalharam como bolsistas. Além disso, destacam-se iniciativas voltadas à formação continuada docente, por meio das quais centenas de professores de escola pública têm tido oportunidades de qualificação no que toca ao valor e ao respeito à diversidade.

Um aspecto que merece destaque é a questão da substituição da categoria “autodeclarado negro”, por PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), ajustamento imposto pela Lei de Cotas. Outra inovação foi a exigência de comprovação de renda inferior para os egressos de escola pública. Essas modalidades de ingresso têm demandado um cuidado crescente das universidades quanto aos mecanismos de controle e verificação. Também merecem relevo os desafios ainda postos com relação à qualificação da trajetória acadêmica dos estudantes. A logística de horários e espaços para aulas, a garantia de programas de benefícios, a oferta de programas de apoio ao desempenho desses alunos têm igualmente requerido esforços da UFRGS. A Pró-reitoria de Graduação, por meio do Programa de Apoio à Graduação, por exemplo, tem, desde 2012, ofertado editais para o desenvolvimento de formatos inovadores que de fato atendam às necessidades dos estudantes.

Esses desafios têm tido, na busca por capacitação pelos servidores, uma consequência visível. Por meio da Escola de Desenvolvimento (EDUFRGS), têm sido oferecidas capacitações em torno de temas pedagógicos e de questões ligadas ao atendimento da diversidade, e dezenas de técnicos administrativos e docentes participaram dos cursos realizados nesses oito anos. A procura e a avaliação dos participantes revelam, acima de tudo, o que muitos de nós reconhecemos: que a educação para a diversidade é uma invenção a ser construída por todos, no cotidiano.

Nesses oito anos, destacam-se alguns pontos:

- por meio do Programa de Ações Afirmativas, a Universidade conseguiu ampliar o acesso, em todos os seus cursos de graduação, para estudantes com novos perfis;
- a implantação do Programa, e o consequente ingresso de estudantes com perfis diferenciados, levou a Universidade, em suas múltiplas instâncias, a uma maior reflexão sobre a diversidade que caracteriza a sociedade e quanto à promoção da diversidade étnico-racial e social e à educação para as relações étnico-raciais no ambiente universitário;
- a análise do desempenho acadêmico dos estudantes justifica a instituição da política de reserva de vagas e sinaliza para a necessidade de seu aperfeiçoamento no sentido de qualificar a permanência, a fim de assegurar a diplomação;
- a continuidade do Programa de Ações Afirmativas é fundamental para a ampla concretização desse potencial e para a completa efetivação da política de reserva de vagas.

*Luciane Juliano Simões, Edilson Nabarro, Karen Bruck, Marlis Polidori Morosini, Tiago Tresoldi

Poupança coletiva

Economia solidária Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa da Universidade apoia a criação de bancos comunitários que têm colaborado para desenvolvimento do comércio local

Samantha Klein

Desde a experiência do primeiro banco comunitário estabelecido em Fortaleza no final dos anos 1990, as instituições financeiras sociais que visam desenvolver a economia solidária regionalizada ganharam espaço e, agora, começam a se fixar na região Sul do país. Duas iniciativas ganharam o apoio da UFRGS nos bairros Sarandi e Cascata em Porto Alegre.

“Como envolve dinheiro, o pessoal ficou bem desconfiado durante as primeiras reuniões na comunidade. Mas, agora, os moradores estão começando a aderir à ideia e os comerciantes também estão achando muito interessante para reverter o consumo de produtos que hoje ocorre majoritariamente em estabelecimentos de fora do bairro”, sustenta a líder comunitária e conselheira de comunicação do Banco Justa Troca, Nelsa Fabián Néspolo. O Justa Troca, lançado neste mês na Vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi, é uma iniciativa bancária para incentivar a economia solidária.

Com sede em um edifício onde já funciona uma incubadora, o banco Justa Troca vai utilizar o e-dinheiro - moeda virtual disponibilizada através de um aplicativo para celulares - para as trocas no comércio local através do oferecimento de descontos para os clientes que usarem o dinheiro social. Os comerciantes ganharão ao pagar taxas bem mais baixas do que aquelas cobradas pelas operadoras de cartões de crédito e débito. Para iniciar as operações, o banco recebeu um aporte inicial de uma doação de uma ONG.

“O objetivo é fazer a inclusão financeira dos moradores da Vila. O Justa Troca vai oferecer empréstimos de pequenas quantias a custos baixos”, observa a diretora administrativa do banco, Nelita Nonnenmacher. A cooperativa de crédito conta com o trabalho voluntário de 12 pessoas, sendo que 11 são mulheres. “A mulherada tem um papel comunitário muito forte aqui na Vila Nossa Senhora Aparecida”, complementa.

A comunidade já tinha histórico em atividades de economia solidária com artesanato e costura através da experiência da Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens), em que 28 profissionais produzem peças de vestuário, como uniformes e camisetas. Por essa razão, foi uma das selecionadas pelo Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), ligado à Escola de Administração da UFRGS, para integrar projeto de extensão nessa área.

“O Núcleo tem apoiado na organização de reuniões e no suporte jurídico para a formalização das



FLÁVIO DUTRA/JU

Dentro da cooperativa de costureiras do Sarandi, Nelsa Néspolo é uma das líderes que vem promovendo o banco comunitário do bairro

associações que darão sustentação formal às atividades dos bancos com o registro do estatuto e do CNPJ. De agora em diante, o auxílio vai ser na estruturação dos processos formais de concessão e controle de crédito, mapeamento da produção e consumo na comunidade”, diz o professor da Escola de Administração da UFRGS, Pedro de Almeida Costa.

Antes da inauguração dos bancos em Porto Alegre, foi realizada uma capacitação sobre a ferramenta e-dinheiro, que serve de plataforma de moeda eletrônica utilizada na Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Como funciona – Os bancos comunitários, apesar de ainda não terem um marco regulatório, estão amparados pela Lei das Moedas Eletrônicas, sancionada em 2013. Uma instituição comunitária pode ter uma moeda social própria, mas o lastro precisa ser em Real. Portanto, todas as transações financeiras serão convertidas na moeda nacional corrente. Dessa forma, para cada empréstimo em dinheiro social, o banco da comunidade deverá ter o equivalente em moeda oficial em caixa para garantir a conversão do dinheiro alternativo em reais e facilitar o resgate pelos clientes.

A moeda social só é aceita em nível regionalizado, ou seja, dentro da própria comunidade, e nenhum comerciante, empreendedor ou cliente pode ser obrigado a participar de tal sistema de trocas. Entre-

tanto, as vantagens do consumo no nível local atraem os mercadinhos, confeitarias, peixarias e até postos de gasolina.

Na comparação com o lucro bilionário das instituições bancárias convencionais, as cifras que circulam entre os bancos sociais podem ser consideradas irrisórias. Porém, comprovam o crescimento do sistema econômico solidário. No mês de junho, circularam R\$ 470 mil em dinheiro social. Em 18 anos, desde o surgimento da instituição inaugural, o Banco Palmas, em Fortaleza, 113 iniciativas do tipo já foram consolidadas no Brasil.

“As taxas de administração servem para aumentar o lastro do banco e manter despesas de manutenção. No início, os valores são muito baixos, mas cada vez que cresce o número de usuários, incentiva-se a circulação de moeda social e, eventualmente, até a atração de estabelecimentos oriundos de outros locais. Por exemplo, a cantina do bairro compra produtos de supermercados de outras regiões da cidade. Esses grandes estabelecimentos podem vender através da moeda social e converter depois em reais. É bom para a comunidade e para o comerciante local”, resalta o fundador do Palmas e presidente do instituto de mesmo nome, Joaquim Melo.

Histórico – A história começou no ano de 1997, no conjunto habitacional popular Palmeira, localizado no subúrbio da capital cearense. Quando a área foi urba-

nizada, os moradores começaram a vender suas casas. “Nas reuniões da comunidade, nos perguntávamos por que éramos pobres e qual era a motivação para as pessoas estarem se desfazendo de suas residências. Elas respondiam que essa era a única forma de obter algum dinheiro. Então, percebemos que o caminho era desenvolver a economia dentro do bairro. Para isso, é necessário consumir e dar crédito aos moradores”, relata Joaquim.

A comunidade, que era bastante unida em torno da igreja e da Teologia da Libertação, utilizou os escritos do professor Paul Singer sobre as cooperativas da Europa para se inspirar na iniciativa de inclusão financeira dentro das comunidades pobres. O Banco Palmas se tornou um modelo de economia solidária para o país e chegou a ser alvo de dois processos abertos pelo Banco Central. No entanto, a Justiça reconheceu que não existia uma política cambial paralela ao sistema oficial, já que essas instituições sociais não geram lucro e são voltadas apenas para o crescimento da região.

Tudo pelo celular – Os bancos comunitários não trabalham com dinheiro de papel. Todo o sistema é gerenciado pelo e-dinheiro, um sistema virtual que funciona através de um aplicativo no celular. Os usuários podem realizar transferências, depósitos, pagamentos e controlar gastos, tudo sem custo.

“Já temos parcerias com as operadoras de telefonia para recarga

de celular. O e-dinheiro está se tornando uma plataforma de serviços em que os usuários podem fazer recarga de celulares, comprar seguros, pagar contas e transferir dinheiro. Se você quiser fazer uma transferência de Porto Alegre para alguém que mora em Fortaleza, pode. Também vamos iniciar operações de microcrédito para os estabelecimentos comerciais”, pontua o fundador do Banco Palmas.

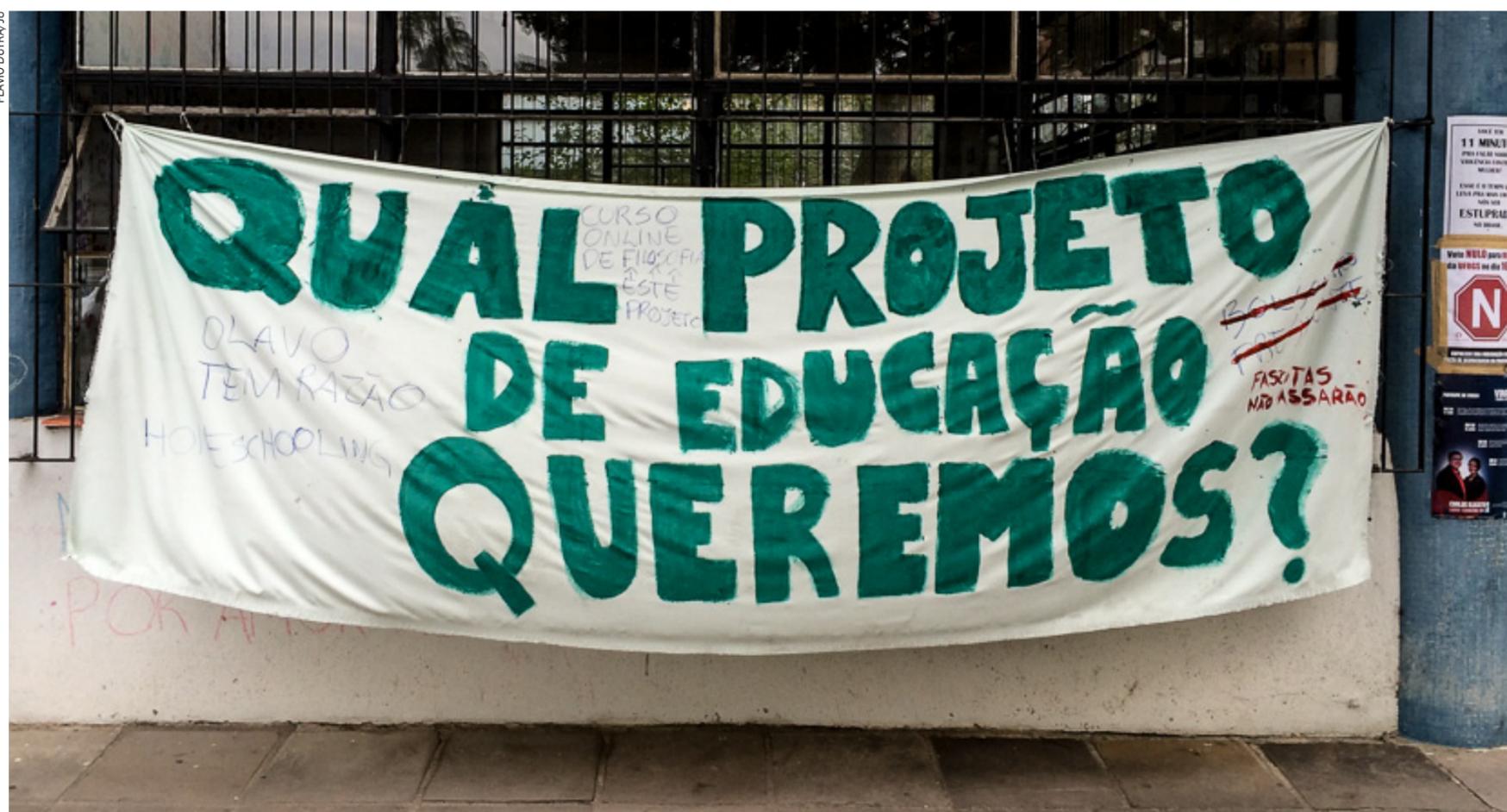
O Instituto Palmas funciona como um banco central, controlando todas as operações. É uma organização custodiante, que coordena o conjunto das operações e fiscaliza o lastro financeiro dessas cooperativas de crédito sociais distribuída pelo país. A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego apoia os bancos comunitários com financiamento de custos de acompanhamento e assistência técnica. O auxílio está previsto no Plano Plurianual do governo federal.

E-dinheiro

Aplicativo disponível em <https://edinheiro.net.br/> que funciona a partir de smartphones e tablets, cumprindo papel importante nos bancos comunitários ao envolver a comunidade na lógica das finanças solidárias. Além de oferecer os serviços bancários das cooperativas distribuídas em 20 estados brasileiros, tem uma função de controle de gastos contribuindo para a educação financeira.



FLÁVIO DUTRA/JU



Escola com mordança

Política educacional
Especialistas debatem legalidade do projeto de lei que impõe sanções à liberdade de expressão

No ano passado, o deputado estadual Marcel Van Hattem (PP) propôs o Projeto de Lei n.º 190/2015, de acordo com o qual educadores estariam proibidos de fazer qualquer comentário ou dar aulas que promovam o debate ideológico em sala de aula. Atualmente, o relatório está na Comissão de Constituição e Justiça onde terá sua validade analisada nos próximos dias. A mudança vai ao encontro da iniciativa federal que tem o mesmo objetivo e foi apresentada, também em 2015, pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) e da proposta encaminhada à Câmara Municipal de Porto Alegre pelo vereador Valter Nagelstein (PMDB). Tais projetos que colocam em xeque a liberdade de expressão no país, são apoiados pelo movimento conhecido como Escola sem Partido.

Dessa maneira, o professor ficaria impedido de falar sobre noções de política e conceitos sociológicos. Não poderia, também, responder a um possível questionamento de um aluno sobre um tema polêmico, como o aborto ou questões de gênero.

Ao todo, no país, 17 câmaras de vereadores e nove assembleias

legislativas têm projetos similares tramitando. O município de Campo Grande (MS) e o estado de Alagoas já aprovaram propostas nesse sentido.

A professora Roberta Baggio, do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da UFRGS, avalia que o PL é contraditório e inconstitucional. Ao mesmo tempo em que diz defender a garantia de diversidade, existe um cerceamento à liberdade de expressão. “Vale ressaltar que há uma diferença entre liberdade de expressão e de ensino”, alerta a docente, que é conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Ela acrescenta que é difícil separar um do outro: “É na liberdade de expressão que se pode refletir e estabelecer relações sociais. Nesse sentido, a atividade de ensino, inevitavelmente, inclui o modo pelo qual o educador vê o mundo. A autonomia que os professores têm na hora de desenvolver um conteúdo passa por uma gama de assuntos estudados. O educador não é um mero expositor de opiniões”, completa.

Censura – Russel Teresinha Dutra da Rosa, docente do departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, participou de um seminário sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ocorrido dia 31 de maio em Brasília, a convite da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). O debate serviu para discutir a legislação educacional. Na opinião dela, existe o objetivo de censurar os professores. “A lei, na verdade, não será criada para fazer uma escola sem ideologias impostas, mas para nos colocar uma mordança, já que é uma clara tentativa de calar os docentes. Visa sufocar a plura-

lismo de ideias. Se trata de escola com mordança, e não sem partido”, ressalta.

No site oficial do movimento que dá sustentação à Escola Sem Partido, consta a ideia de barrar a suposta doutrinação ideológica de esquerda nas escolas e instituições de ensino superior. Para Roberta, ainda não há definição sobre as punições, mas, sim, uma previsão de processos disciplinares – suspensão e, em casos de maior grau, demissão –, dependendo do grau da infração. “Só o fato de haver processo disciplinar já é uma forma de cercear a liberdade do docente”, frisa.

Denúncia anônima – O site também disponibiliza um canal de denúncia em que se pode reclamar de professores de forma anônima. De acordo com a conselheira, essa medida é também inconstitucional, uma vez que, de acordo com o inciso IV do artigo 5.º da Constituição Federal, é vedado o anonimato, salvo quando o denunciante tem sua segurança ameaçada.

Segundo Russel, muitos podem pensar que isso é benéfico. Afinal, Escola sem Partido dá um ar de um local de ensino sem doutrinação, neutro e isento. Porém, a professora afirma que a proposta esconde sua própria ideologia: “Quando penso no nome, lembro-me do livro *1984*, de George Orwell, em que pessoas eram torturadas no Ministério do Amor, e os fatos eram manipulados no Ministério da Verdade. A proposta é claramente ideológica. É ultraconservadora e de direita. Os pais nem sempre enxergam o que está camuflado e podem apoiar o projeto sem saber do que realmente se trata. Nesse sentido, eles [os que propuseram a mudança] foram muito espertos”.

Ainda que veja com apreensão a eminência do referido PL ser aprovado, Russel admite que dificilmente as pessoas leem os textos de projetos de lei, tornando mais difícil uma conscientização sobre o problema. Por outro lado, sustenta que somente por meio da manifestação popular será possível combater a Escola sem Partido: “A mobilização dos professores, entidades e estudantes é extremamente importante. A opinião pública deve conhecer o que está sendo implantado e desaprovar”.

A deputada estadual Stela Farias (PT), relatora do projeto na Assembleia Legislativa, aponta ainda a dificuldade que se tem de conseguir reverter a situação. Ela entende que o perigo se deve ao fato de existir uma ideologia escondida. “O conjunto da obra é o que nos preocupa, pois vem de um posicionamento conservador e autoritário, que mesmo rotulando tudo e todos, não assume seu ideário”.

Obscurantismo – Conforme a análise da deputada, “a temática do Plano Nacional de Educação já vai nessa linha quando, por exemplo, não questiona gênero nas escolas. Isso tem a ver com o crescimento das igrejas pentecostais, que estão tomando conta de espaços políticos e sociais com representação de legisladores da extrema direita. Esse movimento cresce com o vácuo que a esquerda deixou no país. As alusões do texto no site (que é adaptado para as regiões em que o PL tramita) não escondem o posicionamento de obscurantismo religioso, a heteronormatividade, a política de ódio à esquerda, o ufanismo e a ofensiva contra movimentos sindicais. Claramente pautas que pendem à direita”.

Na visão de Stela, o PL não é apenas ideológico, pois há inte-

resses econômicos também. “Se trata de uma ação bem articulada e organizada com o patrocínio de um potente lobby e de empresas que financiam isso através de representantes no legislativo. Isso vem com um processo de homogeneização da educação, já que há uma disputa pelo mercado de materiais didáticos. O Grupo Abril se uniu com o Saraiva, formando o Grupo Somos, o que rendeu 1 bilhão de reais no ano passado. O curso Objetivo já oferece apostilas para escolas particulares. É também um projeto econômico”, denuncia.

Stela Farias acredita que o projeto vá ao encontro do PL n.º 44, também da Assembleia Legislativa do RS, que tem como propósito esvaziar as instituições públicas, inclusive as de ensino, entregando-as ao setor privado.

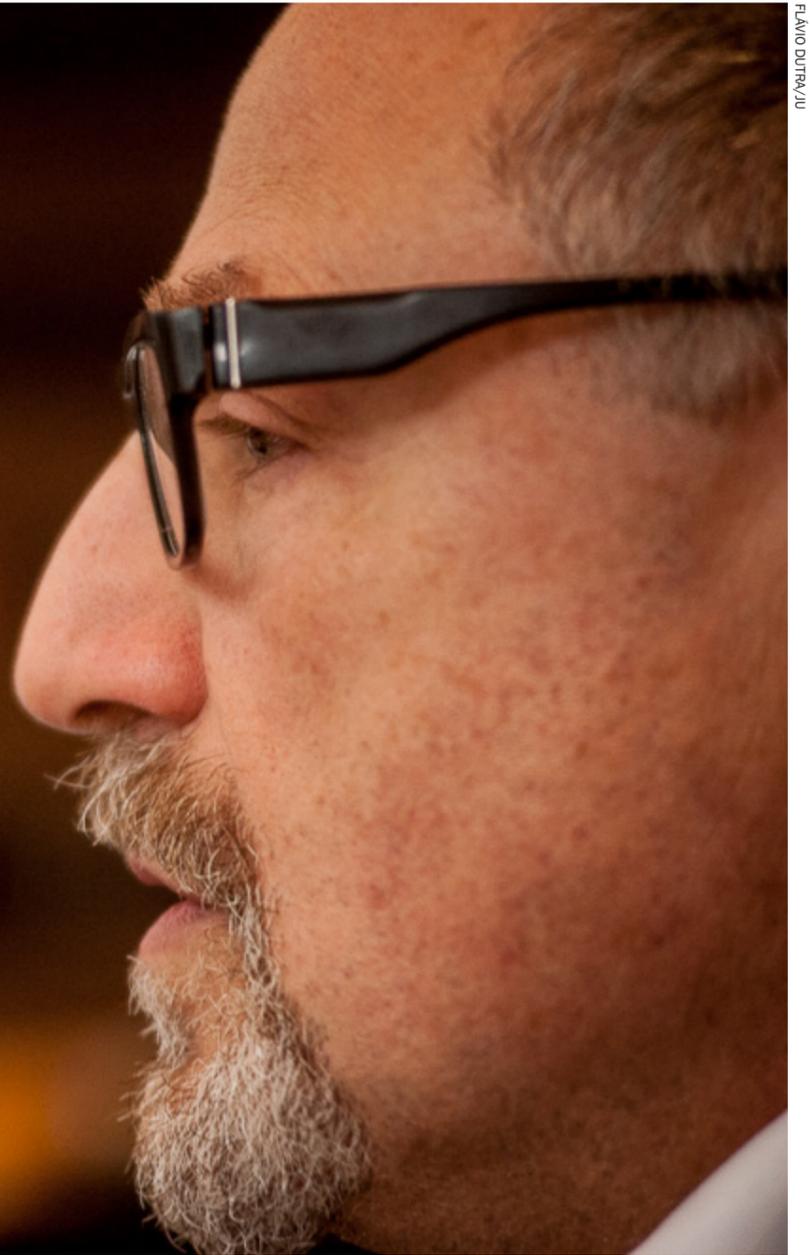
No dia 10 de junho, a Comunidade UFRGS contra o Golpe organizou um debate sobre o projeto de lei. Realizado na Faculdade de Educação, o encontro contou com as participações de Natalia Pietra Mendez (Departamento de História/UFRGS) e Said Salomón (professor da Rede Estadual de Ensino/RS), além da presença de Russel da Rosa, Roberta Baggio e Stela Farias. Durante o evento, discutiu-se a fragilidade nos argumentos legais e o rumo que a educação poderá tomar com essa medida.

Para o início deste mês, está prevista uma plenária com lideranças que se opõem ao PL, como a própria Stela Farias e também a deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB), para discutir a ilegalidade da medida.

Kayan Moura,
estudante do 5º semestre de
Jornalismo da Fabico



Web exige novo letramento



Pierre Lévy Autor da ideia de cibercultura analisa as mudanças trazidas pelas redes digitais

Everton Cardoso
Colaborou Felipe Ewald

Não há como se falar sobre as transformações ocorridas em nível mundial, depois do advento das redes digitais, sem citar o filósofo francês Pierre Lévy e sua obra *Cibercultura*. Publicada em 1999, no Brasil, fixou um conceito fundamental para se pensar sobre os efeitos da interconectividade, da criação de comunidades virtuais e do advento de uma nova forma de inteligência coletiva. Mestre em História da Ciência e Ph.D. em Comunicação e Sociologia e Ciências da Informação pela Sorbonne, Lévy esteve na UFRGS em maio para o Fronteiras do Pensamento. Ele falou ao JU sobre a necessidade de se estabelecer uma nova forma de relação com o conhecimento.

Na vigência da cibercultura, termo cunhado por ti, qual é o lugar do conhecimento?

Hoje, é possível ter acesso livre a ele. Esse é um resultado muito positivo da revolução digital, mas isso não é suficiente. São necessários

meios culturais e intelectuais para usar esse conhecimento. O fato de ele estar disponível é relevante, mas ainda precisamos de educação básica e superior para que as pessoas possam fazer um bom uso desse conhecimento. Também é preciso que as escolas e universidades auxiliem os estudantes a desenvolverem um pensamento crítico, pois nem todas as fontes são confiáveis. As pessoas precisam aprender a distinguir as interessantes – e uma das principais tarefas do professor é ajudar as pessoas a fazerem bom uso das informações – e a saber compartilhá-las de forma inteligente. A inteligência coletiva não se dá de maneira automática com as ferramentas tecnológicas; também envolve hábitos culturais.

Que habilidades são necessárias para se lidar com a nova cultura?

Há todo um problema relativo à gestão da atenção; nesse novo ambiente nos distraímos facilmente. É preciso distinguir em qual assunto você vai se achar e torná-lo prioritário. Em seguida, requer aprender a selecionar as fontes – as pessoas se confundem e tomam a internet ou determinada plataforma como uma fonte. Nem a internet, nem o Facebook ou o Twitter são fontes; são plataformas de comunicação. As fontes são pessoas e instituições. Então, é fundamental escolher com cuidado quem seguir. Também é útil saber reunir e classificar dados relevantes, pois se uma pessoa tem um vasto banco de dados desorganizado, não há muito o que fazer com ele. É preciso aprender a

organizar as informações, mesmo no plano individual.

O que esperar de uma boa fonte?

Transparência. Primeiramente, com relação à narrativa que se está organizando, seja política, teórica ou científica: a fonte deve dizer com clareza o que tem em mente, qual seu objetivo. Também é preciso ser transparente quanto ao modo de financiamento. Quem financia? Exerce a atividade como amador? É pago por uma grande empresa para fazer merchandising? É financiado por partido político? Pelo Estado? No âmbito científico, é importante haver transparência quanto às fontes: de onde se está tirando informações? Quanto mais transparente, mais confiável será a fonte. Além disso, é bom seguir fontes diferentes – no sentido qualitativo, não no quantitativo. Por exemplo, do ponto de vista político, devem-se seguir pessoas de diferentes partidos; do ponto de vista das nações, seguir pessoas de diferentes nacionalidades, ou a avaliação fica restrita. O mesmo vale para pesquisas científicas: não se deve limitar a pessoas que seguem as mesmas teorias; mas buscar outras fontes para uma checagem cruzada.

Quais os efeitos dessa nova dinâmica para o conhecimento científico?

Tradicionalmente, o princípio central tem sido a avaliação por pares. Cada vez mais, não é o pequeno grupo (três, no máximo) de revisores que decide quem é publicado ou o que é relevante; é o vasto número (centenas, milhares) de pessoas que curte, cita ou

compartilha os artigos nas mídias sociais especializadas em pesquisa científica, como ResearchGate, Academia.edu ou CiteULike. Essa é uma situação nova, mas, em última análise, são os próprios pesquisadores que fornecem o input.

É preciso, então, ter conhecimento dos mecanismos por trás dessas redes e plataformas?

Não do algoritmo em si, mas dos princípios organizadores. Quando curto uma publicação no Facebook, isso significa que quero ver mais desse conteúdo e o movo para o topo da lista; quando sigo alguém, o Twitter me recomendará outras pessoas. Não é difícil de entender, mas é bom estar ciente disso. Isso requer atenção, seleção das fontes, checagem cruzada, compreensão das narrativas das fontes e dos algoritmos, organização de dados. Tudo faz parte de um novo letramento. É uma habilidade intelectual e social.

Nesse contexto, qual é a responsabilidade dos intelectuais?

É de se comportarem como uma interface entre sua sociedade, sua cultura e as ideias transcendentais, que são mais ou menos eternas. Em cada época da aventura humana, esses sujeitos têm a tarefa de conduzir as pessoas de seu tempo na direção dessas ideias superiores. Hoje, nossa tarefa, como intelectuais, é a mesma: abrir os olhos e mentes; ajudar as pessoas a fazerem novos avanços no desenvolvimento da humanidade; e expandir a mente humana. É um papel de mediação entre a imanência da realidade histórica e a transcendência das ideias.

E quanto aos pesquisadores?

Não devemos apenas colaborar e criar informação e conhecimento coletivamente, mas também estar cientes da forma como estamos fazendo isso, de modo a nos capacitarmos para aprimorar o processo. Precisamos ser capazes de refletir, compreender como estamos pensando, individual e coletivamente, aperfeiçoando esse processo de pensamento coletivo.

Como ficam as relações entre as pessoas depois desse processo?

É preciso saber colaborar, ouvir os outros membros da comunidade a que se pertence, entender a cultura. Se deseja fazer contribuições relevantes, deve pesquisar para entender o que já existe no repositório de informações. Caso queiras criar algo, deve identificar o vazio a ser preenchido, uma vez que há muita redundância na internet. É um tipo de consciência de memória coletiva: não ficar limitado a tuas questões, mas entender o que os outros estão fazendo. É importante entender os novos poderes que se tem, pois, toda vez que se curte uma publicação, insere uma hashtag ou compra algo, se está transformando as conexões internas da memória. Toda vez que alguém cria um link de um site para outro está organizando a memória coletiva. Antes, apenas um pequeno grupo era responsável por organizar a memória – como bibliotecários, jornalistas, editores e curadores. Hoje, todo mundo participa disso. O usuário comum detém esse poder, mas ele deveria se dar conta de sua nova responsabilidade.

ENTREVISTA ESPECIAL

“A dificuldade ensina tanto o

Jacira Cabral da Silveira e
Ânia Chala

Depois de estar à frente da reitoria da UFRGS por duas gestões, o professor Carlos Alexandre Netto retorna às suas atividades em sala de aula, intensificando o trabalho no laboratório, pois mesmo na função de reitor não deixou de acompanhar seus orientandos de mestrado e doutorado. Durante oito anos pôde contar com inéditos recursos federais que possibilitaram muitos avanços e a expansão da universidade. As novas contratações quase duplicaram o quadro e a estrutura foi ampliada, assim como o número de cursos e de vagas. Ao fazer o balanço desse período, diz sentir-se agradecido: “Fazer a universidade avançar exige o trabalho de muita gente. Não basta ter uma boa ideia se as pessoas não a comprarem, não forem coautoras. Meu sentimento maior, de fato, é de gratidão por ter tido o apoio de tanta gente”.

Como o senhor prevê o seu retorno para a sala de aula?

Precisamos estar sempre nos reinventando. Quando vim para a reitoria há 16 anos – comecei como pró-reitor de pesquisa – acabei criando um novo perfil de atividade que culminou como reitor. Continuei com os alunos no laboratório, mas tive que parar com as aulas devido à carga de trabalho. A volta será mais fácil do que foi a vinda, pois retornarei para o que é minha natureza: a atividade acadêmica, a pesquisa e a formação de pessoas no laboratório. Sempre gostei de dar aula, e mesmo que não tenha parado de ler e de escrever artigos vou ter que estudar para retomar as atividades na graduação e na pós-graduação. O bom de ter mantido contato com os alunos é que segui próximo de ideias novas, sempre brotando. E agora vou ter mais tempo para elas. Durante esse período na reitoria acabei focando a energia e criatividade mais aqui do que lá, e agora isso vai se inverter.

O senhor é cria da casa: começou na graduação e chegou a reitor. O que representou essa trajetória até aqui?

A expressão “cria da casa” se aplica exatamente. Fiz o curso na UFRGS porque era onde eu poderia cursar; meus pais não tinham recursos para uma instituição privada. Já entrei com o desejo de não ficar só na sala de aula, e quando surgiu a oportunidade da iniciação científica não titubeei. Foi quando conheci o professor Izquierdo, meu orientador e mestre – até hoje conversamos e aprendo com ele. Depois fiz mestrado e doutorado. Assim que abriu um concurso eu fiz e acabei sendo contratado antes de terminar o doutorado. Sempre estive focado na academia; sempre tive algumas características de liderança e o gosto por trabalhar pelo coletivo. Comecei fazendo isso na chefia de departamento, depois na direção da unidade, até ser chamado como pró-reitor pela primeira vez pela professora Wraza Panizzi [reitora de 1996 a 2004]. Foi quando comecei a viver em um outro ambiente. Mas as coisas aconteceram quase de forma natural. Nunca foi



um caminho que projetei. Quando o professor Hennemann [reitor de 2004 a 2008] me telefonou numa tarde de março, pensei: “ué, deve estar acontecendo alguma coisa”. Depois, ao entrar em sua sala ele disse que o candidato seria eu. Levei um grande susto, mas logo pensei: “se é pra ser, então vamos lá”. Para mim, ninguém chega a reitor se não for chamado; a pessoa até pode ter essa perspectiva ou se imaginar nesse lugar, mas se não for convidado,

“Tivemos a possibilidade de renovar os quadros, contratamos 1.170 docentes e 1.180 técnicos administrativos”

se não houver uma construção em torno do nome dessa pessoa, acho que não funciona. Também tem a questão da missão: no momento em que se chega a reitor o que menos importa

é a pessoa em si. Começa a valer ali a questão institucional.

Foram oito anos de “vacas gordas”. Como o senhor vê o futuro da instituição com menos recursos?

De fato, tivemos a felicidade de estar à frente da reitoria, eu e o professor Rui, no período em que a educação, especialmente a superior, era uma atividade prioritária da presidência da república. Tivemos um aumento de aproximadamente 10% por ano dos recursos de custeio e de capital. Coisa que até então não existia. O orçamento nominal em 2009 foi de R\$ 809 milhões, enquanto o de 2016 foi de R\$ 1,46 bilhão. Claro que a maior parte do orçamento vai para a folha de pagamento, mas entre custeio e capital, nos últimos anos, os valores subiram de R\$ 150 milhões para R\$ 185 milhões. Em 2015, houve uma diminuição e não sabemos como vai ser 2016 por conta do contingenciamento – no ano passado ele foi de 10% em custeio e 40% em capital. Este ano já começamos com contingenciamento de 20% no custeio e mais de 50% em capital. O que significa isso? Talvez não se execute tudo que solicitamos. A crise é uma realidade e um dia chegaria na Universidade. O ano de 2015 foi o primeiro em que tivemos que colocar uma parte da despesa no orçamento do exercício seguinte. Em paralelo à questão dos altos recursos, tivemos

a possibilidade da renovação dos quadros, contratamos 1.170 docentes e 1.180 técnicos administrativos. Também houve a criação de novos cursos e a expansão de já existentes, além da implantação de muitos noturnos. No entanto, o paradigma da expansão é o Câmpus Litoral Norte. Hoje a realidade é diferente e o cenário aponta para um 2017 difícil. É claro que terá que ser feita uma gestão a partir de metas que o professor Rui e a professora Jane vão desenhar junto com a comunidade, mas o horizonte de financiamento é diferente. O Ministério da Educação (MEC) continua sendo o grande mantenedor das universidades federais, além do Ministério da Saúde no que tange ao Hospital de Clínicas e aos projetos na área de saúde. Mas acho que a Universidade terá que buscar outras formas de financiamento.

Como o senhor avalia a implantação do sistema de cotas que já tem oito anos?

A Universidade foi uma das pioneiras – na época eu era pró-reitor de graduação, com o professor Hennemann e o professor Pedro na reitoria. Foi um projeto muito corajoso, que acertou no desenho do programa, prevendo que as vagas fossem para egressos da escola pública. Tanto acertou que, quando veio a lei, ela só mudou o percentual, e o resto ficou praticamente a mesma

coisa. A implantação das ações afirmativas foi tranquila naqueles cursos em que já havia diversidade, mas foi mais complicada nos cursos de alta concorrência, nos quais havia predomínio de alunos que vinham do ensino privado. No segundo mandato, criamos a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas que fez e segue fazendo um belíssimo trabalho de acompanhamento de ações no sentido de preparar a comunidade para essa diversidade. No relatório das ações afirmativas vemos que a maioria dos alunos que entrou com as cotas teve um desempenho tão bom quanto os alunos que entraram pelo acesso universal. O que confirma a ideia básica do programa, que é dar uma oportunidade de ingresso para o aluno que talvez não tenha tido a mesma condição de competir porque teve falhas na sua formação. A partir desse ano atingimos o percentual de 50%, e o grande desafio será trabalhar a questão do sucesso acadêmico. Já temos bons programas de acompanhamento e apoio socioeconômico através da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Aí também entra a reserva de vagas para alunos indígenas.

Em que medida os embates, que toda gestão enfrenta, fazem com que essa administração conheça a comunidade onde atua, dando

ou mais que a normalidade”



FOTOS FLAVIO DUTRA/JU

pela metade. Isso eu tenho certeza que a Universidade não fará. Mas essa certamente será uma das pautas da próxima gestão.

E quanto aos avanços tecnológicos na área da comunicação?

Com relação à comunicação da Universidade, temos a grande felicidade de ter não apenas um Centro de Processamento de Dados (CPD), mas também gente na Secretaria de Comunicação Social ligada a esse assunto e que quer contribuir. Começamos com a matrícula virtual, que hoje também é móvel. A partir de um determinado momento surgiu a ideia de fazermos um aplicativo para acompanharmos o resultado do vestibular, depois colocamos a comunicação para acompanhar e participar das redes sociais, introduzindo o UFRGS Ciência no aplicativo. Na gestão, isso também é cada vez mais importante. Fomos uma das primeiras universidades que aderiram ao sistema eletrônico de informação que o Tribunal Regional Federal (4ª Região) desenvolveu. Hoje temos uma tramitação eletrônica de processos muito grande, que significa mais rapidez, confiabilidade, transparência e sustentabilidade. O CPD também desenvolveu junto com a Pró-reitoria de Pesquisa o sistema virtual de portarias. É tudo mais rápido e melhor. Então, a Universidade avançou muito, e tem que continuar e vai continuar avançando.

Que balanço pessoal e institucional o senhor faz desses oito anos?

Acho que a Universidade aproveitou bem os momentos e conseguimos deixar uma marca de renovação de pessoas e de estrutura. Nesses dois mandatos reformamos mais de 340.000 m² de espaços nas diferentes unidades. Construímos 39.000 m² de obras novas, como o Restaurante Universitário 6 na primeira gestão e vamos inaugurar o Hospital Odontológico em agosto. Outra marca foi a da inclusão: estamos conseguindo, através desses novos alunos, contribuir para uma sociedade mais justa. Mas a grande marca foi a acadêmica: foi para isso que as pessoas votaram na gente. Temos uma universidade cada vez mais reconhecida, tanto na graduação como na pós-graduação. Precisamos colocar nessa área também a cultura e a arte. As comemorações de 80 anos da UFRGS, de certa forma, mudaram o patamar no aspecto da cultura. Claro que temos programas como o Unimúsica, que tem 35 anos, mas essa exposição maravilhosa da Pinacoteca do Instituto de Artes deu origem a outras exposições, como a que está no Margs. Mudamos também no patamar internacional, realizando ações como a primeira expedição à Ásia, que resultou, entre outros avanços, na criação do Instituto Confúcio da UFRGS, assinado pela presidente Dilma. Depois, assumimos a presidência do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e a presidência da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu. Posso dizer que saio da função de reitor muito satisfeito, porque ao olhar os planos de gestão verificamos que a maioria das coisas com que nos comprometemos com a comunidade foram cumpridas.

elementos para que possa agir?

A dificuldade ensina tanto ou mais do que a normalidade. Nós tivemos momentos complexos, como quando levamos ao Conselho Universitário (Consun) a discussão da aprovação do Parque Científico e Tecnológico e encontramos resistência de uma parcela grande do conselho que entendia que o parque seria uma ação de privatização da Universidade. Nós sabemos que não tem nada a ver com isso, mas realmente foi uma dificuldade, tivemos que suspender a reunião, negociar, rever a proposta. Quando ela foi novamente apresentada acabou sendo aprovada sem maiores dificuldades, mas havia tensão no ar. Contudo, a partir do momento em que o parque foi instalado trilhou o seu caminho e hoje em dia ninguém mais imagina a UFRGS sem o seu parque tecnológico. Claro que com isso conhecemos todas as visões. A Universidade, por ser muito grande – são 40 mil pessoas –, tem no seu seio todos os grupos sociais, todas as correntes de pensamento, e tudo isso vai sendo ativado dependendo do tema em discussão, dependendo do momento que se vive. Claro que com a experiência a gente já antecipa que cada assunto pode ter a reação de tal grupo ou de tal corrente de pensamento, então conversamos antes. De fato, a dificuldade faz com que aprendamos e, no final, acaba sendo pedagógica

para todo mundo, não só para a gestão, mas também para aquelas pessoas que pensam diferente.

Como o senhor vê a evolução do processo da paridade?

É uma questão delicada e precisamos aproveitar esse momento para discutir e dar algum encaminhamento, senão daqui seis meses ninguém mais fala nisso. A lei define um percentual de participação, especificamente no conselho superior universitário: 70% de docentes e 30% dividido entre os outros dois segmentos que compõem a universidade. É uma lei muito antiga, dos anos 1990, que está ultrapassada, mas nós ainda não temos uma solução adequada para isso, gerando reflexos no processo de consulta à comunidade. Na nossa primeira eleição, em 2008, houve uma grande discussão acerca do percentual: havia a disposição de fazer um acordo, mas só uma das entidades o referendou, gerando toda uma discussão na interpretação dos resultados. Por conta disso, o Consun disse que nas eleições seguintes ele faria a consulta – e se o conselho faz a consulta, ela tem que ser realizada na forma da lei. Isso mostra que existe uma necessidade de entendimento entre os segmentos, e na sequência entre as entidades representativas desses segmentos. Acho que ficou muito claro, por tudo que aconteceu na consulta à

comunidade, principalmente em alguns debates, que essa nova gestão terá esse tema como um objetivo bastante

“Houve a criação de novos cursos diurnos e noturnos, mas o paradigma da expansão é o Câmpus Litoral Norte”

importante. Não será uma discussão fácil, mas é necessária e precisa ser feita com maturidade. Por outro lado, só quero deixar registrado: as pessoas dizem que se não tiver eleição paritária a universidade não é democrática. Isso não é verdade. A democracia é aquela situação em que todos são ouvidos e nós temos em todas as instâncias da Universidade a participação de todos os seguimentos: são ouvidos e têm voz e voto. Não aceito essa crítica de que enquanto não houver eleição

paritária a Universidade não será uma instituição democrática. Faz-se a consulta dessa maneira porque o conselho entende que essa é a melhor forma. Se é para fazer consulta à comunidade tem que fazer a consulta de maneira muito responsável. Mesmo havendo o acompanhamento através de uma comissão muito qualificada e de uma comissão de ética também muito competente, ainda assim houve questionamentos em relação à consulta. Imagina se não fosse realizada pelo Consun...

Quais as perspectivas que temos com relação ao projeto do Câmpus UFRGS na Serra?

É um projeto muito bonito que a Universidade vem discutindo há alguns anos com a comunidade da Serra Gaúcha – não só com as lideranças políticas, mas também ouvindo as lideranças empresariais. Nós temos uma boa ideia de cursos a serem criados lá. Existe sim uma indefinição acerca do local, mas esse é um problema que tem que ser resolvido pelos prefeitos e pela comunidade. Hoje eu diria que o grande entrave é a crise econômica. Sem recursos não se cria um câmpus novo. Tem que haver primeiro um acerto com relação à definição do local, depois uma ação junto ao MEC e aí sim podemos dar os passos necessários. O que nós não podemos é criar algo que não possa ser mantido, ou criar algo

Um Reino à deriva

Brexit Apesar do rumoroso “Sim” pela saída da União Europeia, ainda é incerto o destino do Reino Unido assim como a situação dos imigrantes

Samantha Klein

A ruptura do Reino Unido com a União Europeia era tão impensável que o ex-primeiro ministro David Cameron lançou todos seus dados em um tabuleiro hostil. Os movimentos das peças do xadrez político, no fim das contas, foram mal calculados. Os jovens, que gostariam de continuar a ter a liberdade de circular dentro do bloco composto por 28 nações, foram os que menos votaram. Já os mais velhos, principalmente das regiões mais pobres, participaram em massa do referendo que decidiu o Brexit.

“Toda a campanha a favor do Brexit foi baseada na questão da imigração. A imprensa bateu insistentemente na tecla de que seríamos invadidos pelos imigrantes turcos (mais de 100 mil por ano) quando a Turquia fosse admitida na União Europeia (UE). Todos os problemas de má distribuição de renda, desemprego e miséria que assolam o norte da Inglaterra passaram a ser atribuídos à leva de imigrantes proveniente dos países do leste europeu. Então, quem votou a favor foram justamente os britânicos das camadas mais pobres”, considera Sylvia Roesch, escritora brasileira que vive há vinte anos em Londres.

A escritora diz não ter receio de ser perseguida por ser imigrante, uma vez que é casada com um inglês e possui passaporte britânico. Ela e o marido votaram pela permanência na UE. Porém, uma de suas filhas vive na Alemanha, o que faz com que temam que haja algum empecilho para visitá-la com frequência. Mas esse não é o principal motivo para contestar o resultado do refe-

rendo. “A saída vai dificultar a mobilidade dos jovens que gostariam de trabalhar em países da comunidade europeia e aprender outros idiomas. As universidades estão reclamando que a saída vai prejudicar os recursos dos programas de pesquisa europeus”, destaca.

O próprio premier Cameron foi modificando sua visão desde que ascendeu ao Parlamento em 2005. Mesmo conservador, tinha uma visão liberal para a economia, mas se mostrava preocupado com o social. Com o agravamento da crise de 2008-9, o político aceitou as propostas de redução do livre acesso a serviços como saúde e seguro desemprego para os imigrantes da Europa que vinham em massa da Itália ou da Polônia. A repórter esteve na capital da Inglaterra em 2013 e percebeu a campanha em *backlights* das estações de metrô alertando para a diminuição do acesso a essas políticas. Nas conversas com pessoas pela cidade, sempre surgiam as questões relacionadas à imigração de europeus pobres que buscavam emprego em Londres.

Impactos da globalização – A construção de um continente unido por laços econômicos, sociais e culturais levou décadas para se consolidar após duas grandes guerras que devastaram humanitária e economicamente a Europa. Era determinante unir as nações para evitar mais guerras sangrentas. Com essa ideia, as trocas comerciais surgem naturalmente buscando a formação de parcerias que culminaram na formalização da Comunidade Econômica Europeia em 1957 e sua adaptação posterior aos princípios neoliberais. Esse foi o embrião da

União Europeia. Com o avanço da globalização no início dos anos 90, cresceu também a ideia de um mundo sem fronteiras em que todos poderiam desfrutar dos benefícios da livre circulação de pessoas, do acesso a produtos e da pretensa redução das desigualdades.

Conforme o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, André Cunha, o apoio ao Brexit foi uma surpresa para a elite econômica inglesa. Ele ressalta que, quando se reeleger, Cameron firmou com o Partido da Independência e com a direita de sua sigla, o compromisso de buscar maior controle da entrada de migrantes. “Porém, nem o *premier*, nem os conservadores, nem os financistas imaginavam que o povo realmente gostaria de sair da UE”, considera. O economista acredita que esse seja um reflexo claro do esgotamento do modelo de globalização neoliberal iniciado nos anos 1990.

O modelo global de trocas não fomentou o bem-estar prometido: ao mesmo tempo em que o acesso ilimitado a bens e serviços abarcou o mundo inteiro, o aprofundamento das disparidades entre ricos e pobres alcançou níveis nunca registrados. “Os mais prejudicados com o mercado livre estão se rebelando. A globalização foi longe demais e as reações antiglobais têm a cara e a forma da xenofobia. Um exemplo é a possibilidade da eleição de Trump nos Estados Unidos. É a ascensão do populismo de extrema direita que coloca na conta dos estrangeiros a falta de emprego”. Para o docente, ideias populistas de reativar, em regiões decadentes do norte inglês, as indústrias que foram transferidas para a Ásia são apenas demagogia.

Impactos econômicos – Os prejuízos para a economia do Reino Unido ainda são imprevisíveis. Mesmo que seu PIB seja de 2,5 bilhões de euros, conforme dados de 2015, a União Europeia sobreviverá sem a Coroa Britânica, afirma o professor do King’s College de Londres, Holger Hestemeyer, especialista em Direito Econômico Internacional. “Para se integrarem à UE, muitas companhias investiram no Reino Unido, que tem o quinto maior PIB mundial. Ainda assim, a UE tem um PIB quase cinco vezes maior. Então, os carros produzidos na Inglaterra não servem apenas ao mercado britânico; eles se destinam a todos os países da UE”.

De acordo com o economista André Cunha, os impactos podem ser drásticos no setor financeiro inglês. Mesmo que a Inglaterra exporte automóveis, aviões e produtos químicos, o mercado financeiro é o setor mais relevante do país. Uma proporção significativa de renda vem de Londres, que tem os bancos, o mercado de futuros e as companhias de seguros. “A *city* londrina e seus financistas temem que os prejuízos sejam irreparáveis porque os grandes investimentos, permitidos pela liberdade de circulação; podem ser cortados e não se sabe em qual escala”.

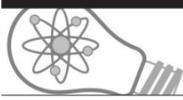
Ao mesmo tempo, a Escócia já levantou uma das vozes mais ativas contra a saída do Reino Unido do bloco europeu. Um recente referendo deu aval à ligação com a monarquia britânica por conta da participação na comunidade europeia. Caso a saída seja confirmada, algo que pode ser barrado no Parlamento, o sentimento separatista tende a se reavivar,

considera Cunha. Mesmo que a sensação eurocética exista também na França ou na Dinamarca, lá prepondera o entendimento “unidos somos mais fortes”.

Efeito contra os migrantes é incerto – Muitos dos que votaram pelo Brexit tinham como panorama a redução da imigração. Conforme o professor Holger Hestemeyer, o argumento pode ser desconstruído, já que somente 50% das pessoas que migraram para o Reino Unido vieram de países do bloco. “Em segundo lugar, não há dúvida de que o Reino Unido realmente lucra economicamente com imigrantes da UE. Eles pagam mais em sistemas sociais do Reino Unido do que recebem. Qualquer um que tenha estado em Londres nos últimos anos pagou impostos, portanto me pergunto como o sistema de saúde do Reino Unido iria funcionar e como cafés e restaurantes funcionariam sem os imigrantes”.

Outra questão reside na circulação de trabalhadores. Dentro de um contexto de mercado aberto, assim como capitais, serviços e mercadorias devem movimentar-se sem empecilhos, as pessoas também têm que circular livremente. “Se, no entanto, os defensores radicais do Brexit insistirem em parar o livre movimento de pessoas, a UE não pode conceder acesso completo do Reino Unido ao mercado único. O setor financeiro britânico – um dos mais importantes do mundo – perderia seus chamados *direitos de passaporte*, os quais garantem que esses serviços possam ser fornecidos aos clientes de toda a UE”, finaliza.





Aceleração urbana

Cidades

Estudo revela mudanças na Região Metropolitana de Porto Alegre nas décadas de 1980 a 2010

Jacira Cabral da Silveira

A prefeitura de São Leopoldo divulgou no final do ano passado uma nota alertando para os riscos da mudança dos planos diretores de Canoas e Esteio. Segundo a defesa civil do município, a autorização para urbanizar a margem da BR-448 potencializaria os riscos de enchentes em São Leopoldo. Impasses como esse exemplificam o quanto as decisões administrativas de um município pertencente a uma região metropolitana como a de Porto Alegre pode interferir na dinâmica das regiões limítrofes a ele. A falta de uma consciência metropolitana institucionalizada e de canais de gerenciamento efetivos para a resolução de problemas próprios de um território desse porte são algumas das constatações de estudos desenvolvidos pelo núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles.

Desde 1996 o Observatório dedica-se à pesquisa da dimensão metropolitana da questão urbana brasileira. Em 2015, o núcleo de Porto Alegre, com sede no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS, lançou a obra *Porto Alegre: transformações na ordem urbana*, um estudo da dinâmica da metropolização da capital. Colaboraram pesquisadores de três programas de pós-graduação da Universidade (Geografia, Sociologia e Planejamento Urbano) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Na página do Observatório (<http://transformacoes.observatorio-dasmetrosoles.net/>) pode ser encontrada a versão online tanto da publicação do núcleo gaúcho como também de outras treze regiões metropolitanas existentes no Brasil. Os livros são o resultado do INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Observatório das Metrôpoles (CNPq), que reúne mais de 120 pesquisadores no país. Segundo investigações do Observatório, existem 40 cidades brasileiras que polarizam o tecido urbano metropolitano e também socioeconômico, mas são essas 14 estudadas que concentram mais de 40% da população nacional.

Com base nessa realidade, o grupo de estudos criou o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), que contém cinco dimensões: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de



A permanência de indústrias em municípios como São Leopoldo e Novo Hamburgo faz do Vale dos Sinos um segundo pólo metropolitano

serviços coletivos e infraestrutura. Cada uma dessas dimensões é constituída por um conjunto de indicadores, construídos a partir de dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. O IBEU da Região Metropolitana de Porto Alegre tem resultado de médio para superior, refletindo a hierarquia já verificada em outros índices, começando por Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, que apresentam os melhores indicadores.

De acordo com os editores do livro, os professores Luciano Fedozzi, da Sociologia, e Paulo Roberto Rodrigues Soares, da Geografia, ambos da UFRGS, a Região Metropolitana da capital ao longo das últimas décadas foi se tornando mais complexa, expandindo seu território de 14 para 34 municípios, o que representou agregar espaços heterogêneos, maior diversidade socioespacial, exigindo gestão metropolitana mais adequada. Entretanto, argumentam os pesquisadores, “o reconhecimento de todas essas mudanças, até o momento, não se traduziu em uma nova gestão metropolitana compatível com essa realidade complexa e com a importância dessa região e os problemas socioeconômicos e ambientais que ela apresenta”.

Para se ter a dimensão da importância de Porto Alegre na Região Metropolitana, basta observar dados como a concentração de agências bancárias: mais de 600. Comparando com os demais municípios que compõem o território, Canoas, que se destaca dos outros como sendo o que possui maior número de agências bancárias, tem 50 unidades: “Há uma concentração financeira imensa na capital”,

comenta Paulo. Essa primazia se repete quanto ao número de habitantes, pois a população de Porto Alegre corresponde à metade dos moradores da Região Metropolitana, que possui pouco mais de três milhões de habitantes.

Elitização e segregação – A análise dos pesquisadores partiu das mudanças mais amplas resultantes do processo de globalização econômica e da reestruturação da economia capitalista do final do século XX e de como essas transformações influenciaram a mudança do padrão de acumulação e de desenvolvimento socioeconômico do capitalismo brasileiro nas últimas três décadas. Para isso, foram adotadas a prevalência do modelo recessivo (anos 1980), do modelo liberalizante (anos 1990) e do modelo neodesenvolvimentista (anos 2000). Nesse sentido,

Cresce segregação dos espaços populares

o estudo aponta dois processos significativos para a reestruturação metropolitana que derivaram dessas transformações: a consolidação de uma nova economia metropolitana (apoiada na desconcentração da indústria e na economia de serviços) e a emergência de um novo modelo de gestão urbana, no qual prevalece a liberalização, a desregulação e a flexibilização da produção da cidade.

“O núcleo da Região Metropolitana não é mais industrial”,

resume Paulo, e esse fenômeno não é só brasileiro, mas se repete em outros países. É quando Porto Alegre vê sair de seus domínios indústrias como a GM, a Coca-Cola e a Ambev. Mas isso, observa o pesquisador, não tira a importância da metrópole, que continua concentrando os serviços mais importantes. Porém, à medida que a indústria sai dos núcleos metropolitanos, estes vão se tornando mais elitizados, concentrando moradores da classe média: “Essas cidades vão ficando mais caras para moradia e para a permanência das empresas”, complementa Luciano.

Hoje em dia, em Porto Alegre, que é o núcleo da Região Metropolitana, são pouquíssimos os espaços de tipo operário e do tipo agrícola. Prevalecem grandes territórios do tipo médio, onde vivem trabalhadores do setor terciário superior. Há também uma forte concentração dos chamados tipos superiores, formados por dirigentes, intelectuais e pela pequena burguesia. O tipo popular, conforme classificação usada na pesquisa, encontra-se na periferia, estendendo-se para os municípios do entorno, especialmente Alvorada e Viamão, mas também Canoas, Eldorado do Sul e Guaíba. “Revela-se, assim, claramente, o processo de segregação dos espaços populares na periferia metropolitana”, ressalta o estudo.

Essa elitização também vai ser percebida, especialmente a partir de 2010, em cidades como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas e Gravataí. As elites vão em busca dos novos equipamentos comerciais (shopping centers) e de serviços, e acarretam o estabelecimento de áreas residen-

ciais nobres, com a proliferação de condomínios fechados. Ao mesmo tempo, pode-se observar a construção de condomínios mais simples nas periferias de todos esses espaços: “É praticamente consensual nas pesquisas do ponto de vista nacional que o programa Minha Casa Minha Vida não é um projeto de acesso à moradia. Ele é um programa de desenvolvimento econômico, criado pelo PAC, à revelia do Conselho Nacional das Cidades, porque não passou pelo processo de participação”, analisa Luciano.

Vale dos Sinos – É comum que as regiões metropolitanas brasileiras tenham como polo central (núcleo de atração e indução) a capital do estado, mas na Região Metropolitana de Porto Alegre ocorre um fenômeno que é um segundo polo, cujo centro é o município de Novo Hamburgo. De acordo com os estudos do Núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles, o Vale dos Sinos é uma região concorrente que vem crescendo. Diferentemente de Porto Alegre, entretanto, assim como dos polos das demais regiões metropolitanas do país, o Vale do Sinos segue sendo uma região industrializada.

Segundo Paulo, esse fenômeno vem se evidenciando nos últimos dez anos. Em que pese o fato de que muitas indústrias calçadistas tenham transferido parte importante de seu complexo industrial para a região nordeste do Brasil, ainda assim permanecem no estado, onde desenvolvem os calçados mais sofisticados, que, por sua vez, exigem mão de obra mais qualificada: “A tradição do mercado concentra profissionais mais qualificados”, explica o professor.



História

Livro traz entrevistas com lideranças e militantes da AIB, lançando luz sobre o integralismo e o fascismo

Samantha Klein

Tempos de intolerância e de acirramento das disputas políticas trazem consigo perguntas sobre a existência ou o ressurgimento do fascismo no Brasil. Os gritos de ‘fascista!’ ouvidos nos últimos tempos nas ruas, seja contra um político, uma liderança ou um grupo, podem, entretanto, ecoar no vazio. A interpretação é do professor emérito e ex-reitor da UFRGS Hélgio Trindade. O cientista político e historiador considera que o país vive o surgimento de uma nova direita ou uma extrema direita. A diferença é que hoje as pessoas não têm receio de se definir com tal.

Para o docente, o Integralismo foi um movimento fascista genuíno do Brasil. A Ação Integralista Brasileira (AIB), que teve no jornalista e escritor Plínio Salgado o seu principal expoente, confirma a tese, devido às suas características, que vão ao encontro da ideologia surgida na Itália e na Alemanha no período do entreguerras. Segundo Hélgio, embora a AIB não tenha conseguido tomar o poder, os integralistas formaram o primeiro partido de massa do Brasil, já que contaram com militantes em quase todos os estados.

A fim de ampliar a discussão sobre o tema, Hélgio está lançando o livro *A Tentação Fascista no Brasil: Imaginário de Dirigentes e Militantes Integralistas*, pela Editora da UFRGS. A publicação retoma aspectos de um livro anterior, também de sua autoria, intitulado *Integralismo: o Fascismo Brasileiro dos Anos 30*, lançado em 1974. “Com a incorporação de entrevistas inéditas de dirigentes, intelectuais e militantes, considero ter cumprido meu compromisso acadêmico com o tema. As conversas com eles somente puderam ser publicadas agora, pois a maioria exigiu que a publicação ocorresse somente após a sua morte. Quando realizadas, nos anos 70, muitos desses correligionários do Integralismo tinham altos cargos nos governos militares. A ditadura não foi fascista, mas não deixou de contemplar os integrantes da AIB”, ressalta.

Reação – O Integralismo pode ser considerado a resistência de uma classe que se viu ameaçada diante das mudanças sociais do país. De um status essencialmente agrário, monocultor e agroexportador, o Brasil sofreu modificações impactantes em sua estrutura a partir da urbanização e indus-



Professor Hélgio Trindade traz reflexão sobre o Integralismo, movimento fascista extinto ainda nos anos 30

trialização impulsionada pelos recursos da produção cafeeira, ao mesmo tempo que a lucratividade da commodity começou a cair no cenário internacional.

“A sociedade da década de 1920-30 estava em transição. Começa a crise do café e a industrialização brasileira avança. Com isso, surge uma classe operária urbana que vai realizar as primeiras grandes greves no centro do país. De outro lado, tem início uma contestação muito forte à Velha República, que vai culminar na Revolução de 30 e na derrocada da política do Café com Leite. Em 1922, período de mutação ideológica, é fundado o Partido Comunista do Brasil e ocorre a Semana de Arte Moderna. É um período de ebulição social e ideológica”, observa Hélgio.

Fortemente amparado no lema “Deus, Pátria e Família”, o Integralismo também esteve relacionado ao nacionalismo e ao corporativismo fascista, em uma sociedade hierárquica e essencialmente voltada à prática de uma ideologia de Estado via partido. Dessa forma, o autoritarismo puro não significa fascismo. “A presença do autoritarismo militar pode ser um dos elementos do fascismo, mas não significa necessariamente um Estado fascista. É requisito a ideologia oficial de Estado. O próprio Getúlio não era fascista porque não foi implantado um partido de Estado no Brasil. Na Itália, o partido fascista era único. O Integralismo pregava o partido único, mas não conseguiu. Tivemos um autoritarismo militar durante a era Vargas e a ditadura militar, mas não a ascensão do modelo do *Duce* e de Hitler”, ressalta o professor.

Entrevistas – O conjunto de entrevistas realizadas entre 1969 e 1970 revela o perfil de dirigentes nacionais e regionais, além dos militantes da Ação Integralista Brasileira. A maioria dos membros

do Integralismo era jovem, com exceção de Plínio Salgado, que já tinha mais de 35 anos à época de atuação da AIB. Identificavam-se com o catolicismo, mas também com o protestantismo, contemplando os imigrantes da zona de colonização alemã. A origem étnica predominante era de luso-brasileiros, o que contraria o senso comum de que a ideologia integralista era ligada aos migrantes alemães e italianos.

As atitudes ideológicas dos integralistas giravam em torno de um nacionalismo exacerbado, da recusa do socialismo e do comunismo, assim como eram antiliberais, porque a concepção do Estado fascista constitui a antítese do não intervencionismo. Os militantes ainda tinham a crença na transformação social conservadora pela construção de um Estado forte. Conforme o autor do livro, entre as principais motivações para a adesão ao projeto integralista estava a difusão de informações em jornais e revistas sobre a expansão do fascismo na Europa.

Hélgio Trindade acrescenta que o anticomunismo, a simpatia pelo fascismo e o nacionalismo estão entre as razões mais fortes e presentes entre todos os entrevistados. “A associação entre os temas autoritários e a solidariedade ao fascismo ratifica a hipótese de Adorno sobre a relação entre a personalidade autoritária e o fascismo potencial”, destaca.

Nova Direita e células fascistas – Para o professor, o Brasil está totalmente distante da ascensão de algum tipo de movimento fascista, apesar de uma parcela significativa da sociedade estar receosa em relação à difusão do discurso populista conservador. “Há mais de 20 anos a Europa está vendo o crescimento de movimentos populistas de extrema direita. Eles também não usam a palavra fascismo. A Marine Le Pen evidentemente

não se considera fascista, nem o pai dela se considerava, mesmo sendo muito mais conservador. Nunca houve um autor que tenha previsto a retomada do fascismo.”

O professor Hélgio destaca que a América Latina também vive um revés à direita após um período de social-democracia ou bolivarianismo. “A direita internacional está evoluindo por causa das crises na América Latina. Sobressaem-se a Venezuela, o Equador e a forte rejeição ao seu presidente, assim como o esgotamento das políticas adotadas na Bolívia, que também são alvo de críticas. Antes de Dilma, houve uma ação de destituição semelhante do presidente do Paraguai. E, na Argentina, Mauricio Macri deu uma guinada à direita. O Chile já vinha de uma tradição democrática e social pouco à esquerda. Lá a direita é organizada e vence eleições. No Brasil, ficou a ‘velharada’ e os líderes do Nordeste que não têm força para vencer pela via democrática. Esse é um novo ciclo neoliberal mundial”, avalia.

Décadas após a extinção do Integralismo, diversos pequenos grupos persistem com uma ideologia que se diz igual à pregada por Plínio Salgado. No país, grupos tentam manter o legado *Deus, Pátria e Família* com frases como “fora do Integralismo não há nacionalismo”. Exemplo disso é a Frente Integralista Acreana, pequeno grupo com simpatizantes em outros estados. Há ainda o White Power, cujas células neonazistas se espalham por vários estados.

Outro agrupamento que chama a atenção é o Carecas do Subúrbio,

existente há mais de 30 anos. Em recente programa do SBT, integrantes do movimento disseram “fascismo, no Brasil, não!”, relatou um jovem detido em manifestação de 15 de março deste ano na Avenida Paulista. Com o grupo foram encontrados uma arma de choque, soqueiras e rojões durante manifestação pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. Na delegacia, outro integrante resumiu a ideologia: “nacionalista, patriota e antidrogas”, no que foi complementado por uma mulher: “Deus, Pátria e Família”.

Mesmo que eles neguem racismo, fascismo e homofobia, o grupo frequentemente entra em confronto com punks, que são anarquistas e não rejeitam o uso de qualquer tipo de entorpecente. Os Carecas são considerados Skinheads por alguns, mas, ao contrário dos White Power, há negros inseridos no agrupamento.

“Nesse panorama de mobilizações recentes, desde 2013, embora ideologicamente sem muita direção, se fizeram presentes grupelhos integralistas que se consideram continuistas. Há nostálgicos da ditadura militar, por isso escrevo o último capítulo *Ainda a tentação fascista?*, justamente para analisar a conjuntura recente. Hoje percebemos a ascensão da extrema direita de forma aberta, mas não há risco de fascismo. Marx escreveu, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, ‘a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa’. Assim, passamos da tragédia com Getúlio para a atual farsa”, finaliza o historiador.



A tentação fascista no Brasil: o imaginário de dirigentes e militantes integralistas

Hélgio Trindade

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, 837 páginas

R\$ 65 (preço médio)



Financiamento em debate

Leandro Valiati*
Lucas de Oliveira Paes**

A operação Boca-Livre da Polícia Federal, realizada no último mês de maio, chamou a atenção da sociedade brasileira para o sistema de fomento à cultura no Brasil: desvelou-se uma fraude de R\$ 180 milhões desviados da Lei Rouanet. Em vez de propiciar a valorização da diversidade de expressões culturais de nosso país, os recursos desse instrumento foram capturados pelos interesses privados de poucos, tal qual já havia sido noticiado em outras esferas de nosso Estado.

Seriam esses casos de corrupção na famosa Lei Rouanet consequência de uma venalidade a ela intrínseca? Seria isso a revelação da improbidade dos artistas beneficiários? Ou, quem sabe, uma janela de oportunidade social para pensar alguns aspectos do apoio público à cultura em nosso país?

A produção de massa crítica necessária para enfrentar esse momento pode conceber uma resposta positiva apenas à última das perguntas. A partir dessa perspectiva, conhecer melhor a Lei Rouanet e seu lugar nas políticas culturais do país talvez seja um bom caminho para fundamentar a necessária reflexão na qual precisamos nos engajar. A existência de políticas públicas estruturadas e disseminadas para a cultura no Brasil é um fenômeno ainda recente. Até a década de 1990, a participação estatal na cultura era fortemente centrada na regulamentação das atividades artísticas que se desenvolviam no país e na institucionalização da produção e realização direta de empreendimentos culturais. Com as reformas de enxugamento do Estado, a intervenção pública na cultura alterou-se quantitativa e qualitativamente. A Lei de Incentivo à Cultura (LIC), mais conhecida como Lei Rouanet, foi o maior símbolo dessa mudança.

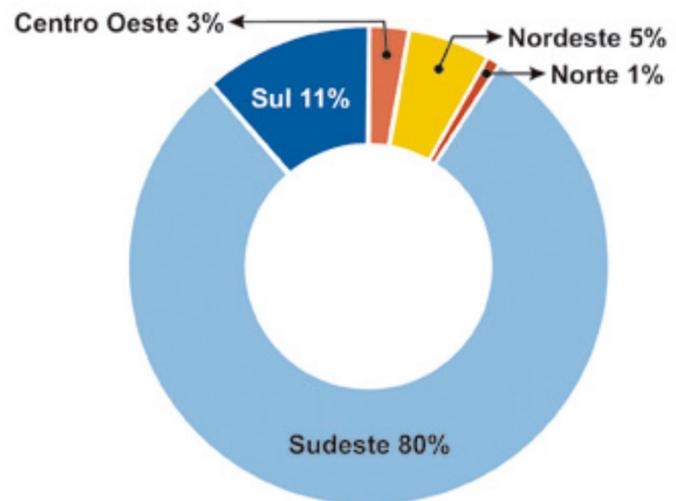
A LIC foi concebida para gestar o orçamento reduzido e a estrutura administrativa diminuta que seria destinada à secretaria nacional de cultura do Ministério da Educação. Nesse mecanismo, o Estado abdica da arrecadação de imposto de renda para que contribuintes privados se engajem em mecenato, no financiamento direto aos agentes executores de atividades e bens culturais. Sob essa concepção, portanto, a captação de recursos para o fomento à cultura desloca-se para o mercado, em favor

de uma maior interação entre proponentes e incentivadores privados.

Como ilustra a figura abaixo, o funcionamento desse instrumento de renúncia fiscal é simples. O governo federal outorga à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, composta de variados representantes da sociedade civil, a seleção de projetos em que identifiquem valor cultural, a fim de que esses possam ir a público captar recursos passíveis de dedução no imposto de renda. Uma vez que um valor é aprovado para um proponente e uma correspondente carta de concessão é emitida, pode ser iniciada a busca de incentivadores privados, especialmente no meio empresarial, para angariar fundos. O valor investido na realização da atividade ou do bem cultural pode ser abatido em até 4% do imposto de renda de pessoas jurídicas e em 6% da tributação de pessoas físicas.

A uma primeira vista, os potenciais benefícios desse mecanismo são intuitivos. Além de atribuir protagonismo à sociedade civil em todo o processo de fomento, poupam-se custos administrativos e criam-se canais para facilitar e ampliar o investimento privado. No entanto, um olhar adicional permite identificar algumas imperfeições relevantes. O modelo de renúncia fiscal adere a uma lógica de sociedade como mercado e abstém-se da função social da política pública como espaço de arbítrio das marcantes assimetrias de nossa coletividade. Em termos práticos, delega-se ao empresariado – e às vicissitudes de suas estratégias de mercado – a decisão final sobre as atividades e os bens culturais fomentadas pelo Estado brasileiro. O valor simbólico e a diversidade social dos projetos culturais submetem-se ao cálculo publicitário das equipes de marketing dos grandes mecenas.

Apesar de sua lógica integrada ao mercado, a Lei Rouanet tem se mostrado ineficaz na dinamização e pluralização da Economia da Cultura. De acordo com dados do Ministério da Cultura (MinC), no ano de 2014, 6.057 projetos foram aprovados a captar R\$ 5.785.807.436,53 em recursos, sendo que apenas 3.273 obtiveram sucesso. Foram efetivamente captados R\$ 1.278.169.782,73 de pessoas jurídicas e R\$ 42.137.678,16 de pessoas físicas. Ou seja, pouco mais de 50% dos projetos aprovados lograram captar apenas 20% do valor total concedido, ilustrando o poder de veto dos incentivadores privados sobre os bens culturais efetivamente disponibilizados à sociedade.



Se observarmos os padrões regionais, a concentração manifesta-se em sua dimensão geográfica. No acumulado das mais de duas décadas da LIC, 80% dos recursos foram captados por projetos executados na região Sudeste, dos quais a parcela majoritária foi no eixo RJ-SP. Por mais que a região concentre grande parte da população brasileira, tal distribuição é desproporcional aos padrões demográficos. Será, por exemplo, que a pluralidade e a riqueza das expressões culturais do Norte do país deveriam restringir-se a 1% do montante fomentado? Acreditamos que não. Um mosaico mais complexo deveria ser colorido pelos recursos públicos destinados à cultura.

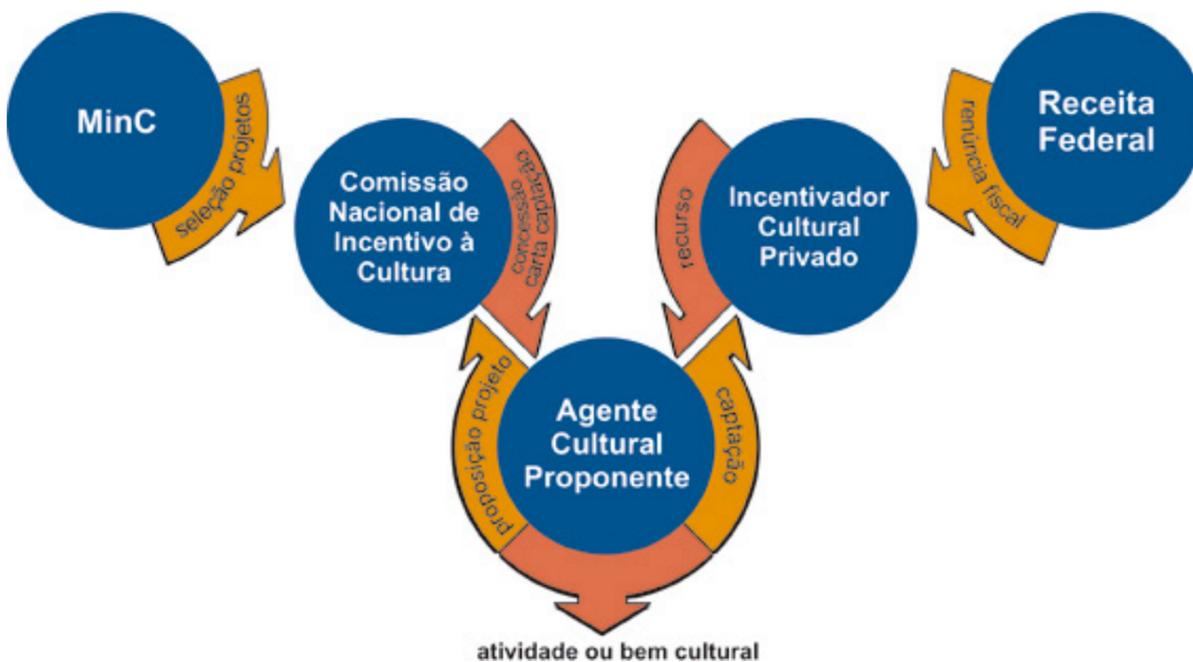
Ainda assim, a perspectiva otimista original em relação à LIC manteve-se predominante sobre o sistema nacional de fomento à cultura. Mesmo com o retorno do ministério próprio em 1992 e com os esforços de reestruturação do sistema nacional de cultura e de diversificação das políticas culturais das últimas décadas, a renúncia fiscal segue absorvendo parte relevante dos recursos para a cultura oriundos do governo federal. No ano de 2015, enquanto o MinC investiu R\$ 320 milhões em seus diversos projetos, abdicou-se de cerca de R\$ 1,8 bilhão em renúncia fiscal por meio da Lei Rouanet. Além disso, diversos governos estaduais centralizaram suas políticas culturais em torno de leis de incentivo semelhantes.

Em conjunto, a dimensão desses mecanismos nas políticas públicas culturais, sua natureza concentradora e a influência

que destina a poucos agentes na seleção dos bens culturais ofertados em nossa sociedade pintam um panorama que merece maior atenção. A corrupção que surge de dentro desse instrumento é um traço desse quadro e se revela no poder adquirido pelos grandes incentivadores privados na efetivação do fomento público cultural. A título de exemplo, em 2015, as 10 empresas que mais financiaram por meio da Lei Rouanet empregaram 20% do total subsidiado pelas mais de 3.000 incentivadoras. Desse poder concentrado de veto derivam barganhas como as que podem ter permitido o superfaturamento de projetos para financiar eventos privados.

Dessa forma, as contradições do sistema de fomento não nascem de qualquer improbidade intrínseca ao setor cultural, mas, sim, do oposto. Elas surgem do distanciamento das políticas culturais da diversidade e da pluralidade que, sim, lhe são inerentes. A cultura recebe muito menos recursos do que poderia ou deveria. Isso se torna evidente mesmo quando se compara suas isenções fiscais com as de outras naturezas, como, por exemplo, os R\$ 23,3 bilhões não recolhidos de entidades sem fins lucrativos (por exemplo, igrejas), como os R\$ 2,1 bilhões abdicados para o setor automotivo ou como os R\$ 3,4 bilhões para a Olimpíada. Conforme dados recentes, o MinC concede menos recursos em renúncia fiscal que qualquer outro ministério, exceto Comunicações e Cidadania.

Devemos, portanto, compreender a atenção social atualmente capturada para a Lei Rouanet como uma oportunidade de reflexão da sociedade civil, dos artistas e dos gestores públicos sobre a melhor forma de aprimorar e fortalecer o subsídio à cultura no Brasil. A riqueza e a diversidade dos valores e bens culturais expressos em nosso país fazem da cultura um ativo estratégico para nosso desenvolvimento. Engajar-se na reformulação de nosso sistema nacional de fomento cultural é pauta necessária de uma agenda disposta a catalisar esse potencial. É imprescindível que se abra espaço político e orçamentário para políticas culturais que incorporem proteção e apoio estruturante àquilo que o mercado não propicia sozinho, cumuladas com um amplo programa de incentivos ao empreendedorismo cultural para gerar retornos sociais e econômicos que beneficiem todo o sistema.



*Professor do Depto. de Economia e Relações Internacionais e coordenador do Observatório de Economia Criativa OBEC-RS
**Pesquisador do OBEC-RS



DESTAQUE



Malandragem latina

Música Banda Farabute promete diálogo com o balanço hispânico

O Vale Vale! – projeto cultural do Pró-reitoria de Extensão que abre espaço para grupos formados por estudantes da UFRGS apresentarem sua produção artística – inicia as atividades do segundo semestre com um show da banda Farabute no dia 17 deste mês. Espécie de “malandro argentino”, o farabute, símbolo cultural da boemia portenha dos anos 1930, inspirou o nome da banda porto-alegrense. Um som mestiço, com toques de cumbia, candombe, rumba e uma pitada de reggaeton proporciona ao grupo e aos apreciadores uma viagem com ida e volta pelo território latino-americano.

A Farabute iniciou suas atividades em 2012 com apresentações de rua, sempre com formação acústica. Dois violões, um cajón, um trompete e um trombone são suficientes para levar ao público a música característica de nossos vizinhos hispânicos. O trabalho do grupo, em sua maior parte, autoral. Quando investe em covers, procura deixar sua

marca própria. “Não costumamos fazer covers ‘enlatados’, mas sim um trabalho de antropofagia. Damos nossas características e concepções às músicas revisitadas”, explica o trompetista e estudante de História da UFRGS, Gabriel Luzzi. Dos seis integrantes da banda, o percussionista Leonardo Méndez, natural de Montevideu, é o único que não é gaúcho. O grupo se completa com Arildo Leal, voz e guitarra; Iuri Barbosa, baixo; Rodrigo Bob, voz e guitarra; e Leonardo Bohn, trombone.

Independência – Desde a origem, os integrantes têm conseguido manter a identidade que marcou o grupo: a produção independente. “Pontualmente, fazemos parcerias para a gravação de músicas, mas continuamos independentes de gravadoras”, completa Luzzi.

Esta não é a primeira vez que eles se apresentam na UFRGS, pois já realizaram shows nos diretórios acadêmicos da Geologia e da História. Porém, é

o primeiro espetáculo dentro do câmpus dedicado a um público mais amplo. A banda não descarta, inclusive, fazer uma exibição com malabarismo. “Em 2013, durante um show na Usina do Gasômetro, convidamos um grupo de amigos para complementar a apresentação com malabarismo. Ainda não há nada certo, mas seria interessante fazer algo parecido na Universidade.”

Parceria – Para o novo single da banda, apresentado no início do mês, Luzzi diz que os farabutes estão em busca de uma parceria para produzir a canção *Hasta Bolivia*. O single começou a tomar forma após o tour da banda por Argentina e Bolívia. Apresentações pelas ruas e praças desses países e a presença da fiel escudeira – a Kombi da banda, que acompanha os farabutes em todo canto – marcaram o roteiro da viagem. A música será uma das atrações do show do Vale Vale!, que ocorre às 12h30, no Palco Grego (atrás do RU3). A entrada é franca.

CINEMA

Corpo, Paisagem e Estranhamento: o Cinema Sensorial de Claire Denis

Ciclo da Sala Redenção que exhibe o trabalho da cineasta e roteirista francesa. As obras giram em torno do amor, dos conflitos raciais e da sexualidade. As sessões têm entrada franca.

DANE-SE A MORTE (S'en Fout La Mort, França, 1990, 91min)
Sessões: 16 de agosto, 19h; 19 de agosto, 16h

NOITES SEM DORMIR (J'ai pas Sommeil, França, 1993, 110min)
Sessões: 10 de agosto, 16h; 17 de agosto, 16h



BOM TRABALHO (Beau Travail, França, 1999, 93min)
Sessões: 10 de agosto, 19h; 11 de agosto, 16h; 18 de agosto, 19h

DESEJO E OBSESSÃO (Trouble Every Day, França, 2001, 101min)
Sessões: 11 de agosto, 19h; 12 de agosto, 16h; 18 de agosto, 16h



O INTRUSO (L'Intrus, França, 2004, 119min)
Sessões: 12 de agosto,

19h; 15 de agosto, 16h; 17 de agosto, 19h

35 DOSES DE RUM (35 Rhums, Alemanha/França, 2008, 100min)
Sessões: 15 de agosto, 19h; 16 de agosto, 16h; 19 de agosto, 19h

Em Cartaz

A Sala Redenção, em parceria com o SESC/RS, exhibe três filmes da região nórdica da Europa e um filme polonês. Sessões com entrada franca.

A CAÇA (Jagten, Dinamarca, 2012, 106min), de Thomas Vinterberg
Sessões: 22 de agosto, 16h; 25 de agosto, 19h

NÓS SOMOS AS MELHORES! (We are the best!, Suécia, 2013, 102min), de Lukas Moodysson
Sessões: 23 de agosto, 19h; 24 de agosto, 16h; 29 de agosto, 19h; 30 de agosto, 16h



O BATISMO (Chrzt, Polônia, 2010, 86min), de Marcin Wrona
Sessões: 25 de agosto, 16h; 26 de agosto, 16h; 30 de agosto, 19h; 31 de agosto, 16h

OSLO, 31 DE AGOSTO (Oslo, 31. august, Noruega, 2011, 95min), de Joachim Trier
Sessões: 22 de agosto, 19h; 23 de agosto, 16h; 26 de agosto, 19h; 29 de agosto, 16h

Mostra Tela Indígena

Ciclo organizado pela Sala Redenção em parceria com o Núcleo de Antropologia de Sociedades

Indígenas e Tradicionais do IFCH-UFRGS, que visa à divulgação da pluralidade das culturas desses povos. Após a sessão, debate com os professores Sérgio Baptista da Silva (UFRGS) e Rogério Gonçalves Rosa (UFPel), o casal kaingang Iracema Nascimento e João Padilha e o professor em escolas indígenas Dorvalino Cardoso. Entrada franca.



A MATA É QUE MOSTRA NOSSA COMIDA (Brasil, 2010, 29 min)

SENTINDO OUTRO LADO: PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA KAINGANG EM KANDÓIA (Brasil, 2015, 12 min)
Sessão: 31 de agosto, 16h

CineDHebate em Direitos Humanos

Projeto da Liga de Direitos Humanos da Faculdade de Educação em parceria com Sala Redenção traz para a tela da Sala Redenção a realidade de quem não tem visibilidade e está à margem da sociedade. Curadoria de Giancarla Brunetto e Nycolas Correia Motta. Sessões com entrada franca.



BERLIM – SINFONIA DA METRÓPOLE (Berlin: Die Sinfonie der Grosstadt, Alemanha, 1927, 65 min), de Walter Ruttmann
Sessão: 24 de agosto, 19h

ONDE?

► **MARGS**
Praça da Alfândega, s/nº
Fone: 3227-2311

► **Palco Grego**
Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/nº
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Esporte como formação

É na pequena sala nove, no segundo andar da Casa do Estudante, em meio a troféus e cartazes de eventos esportivos ocorridos na Universidade nos últimos anos, que atua Claudio Paiva, coordenador da Divisão de Esportes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Junto aos colegas Marcella Tolentino e Edison dos Santos, ele desempenha um trabalho voltado ao incentivo de práticas esportivas e à facilitação de ações tanto participativas quanto competitivas que envolvem a comunidade acadêmica.

A trajetória de Claudio na Universidade se iniciou ainda na década de 1980, quando começou a trabalhar na Absufrgs (atual Assufrgs). Graduou-se em Educação Física em outra instituição e, como aluno, retornou à UFRGS, na especialização em Medicina do Esporte e no mestrado em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID). Durante esse tempo, circulou entre projetos de extensão do curso de Educação Física, passando pela Pró-reitoria de Extensão, até ser convidado a coordenar, em 2013, a recém-criada Divisão de Esportes.

“Nosso trabalho envolve o apoio, inclusive financeiro, para que os alunos participem de jogos estudantis estaduais e nacionais. Também planejamos ou damos incentivos a eventos que serão realizados dentro da Universidade, como, por exemplo, os Jogos de Inverno do DCE”, comenta Claudio. No mês de junho deste ano, 233 alunos da UFRGS participaram dos Jogos Estudantis Gaúchos, e conseguiram primeiros lugares em modalidades como basquete, futsal e handebol.

“O nosso primeiro evento foi a Corrida Alan Turing em 2013. Depois, viemos desenvolvendo outras atividades participativas pontuais, como passeios ciclísticos, caminhadas e corridas. Acreditamos que a Universidade deva estar envolvida em atividades como essas, do incentivo ao uso da bicicleta à prática sistemática de esportes, enfatizando sua importância para a saúde”, analisa o servidor.

Para ele, o grande empecilho na UFRGS é a falta de espaço físico para que os atletas e os interessados possam treinar: “O único lugar que temos é a ESEFID, que já está saturada, e isso dificulta a ampliação da participação dos alunos nos esportes. Estamos tentando avançar, já temos a Sala X, na Casa do Estudante, que tem espaço para o exercício de muay thai e tênis de mesa, que o aluno pode frequentar entre as aulas”. Outra dificuldade para o crescimento de praticantes, segundo Claudio, é a falta de divulgação das atividades oferecidas dentro da Universidade.

“Vários estudos comprovam que a prática esportiva sistemática pode ocasionar uma melhoria no desempenho acadêmico. Acredito que devemos incentivar essas práticas. Nós, enquanto Divisão, temos a obrigação de levantar essa provocação. Temos que criar espaços para serem ocupados com esporte. É um projeto a longo prazo, mas estamos trabalhando para isso, para que se torne mais democrático o acesso ao esporte dentro da academia”, conta.

O lugar de Claudio Paiva na Universidade vai muito além da Divisão de Esportes; para ele e os dois colegas, acompanhar de perto os alunos nas competições e estar próximo ao andamento dos projetos é algo que reforça o gosto pelo trabalho que fazem: “Acreditamos no esporte como formação do indivíduo, na medida em que envolve o respeito e a ética. Percebemos isso visivelmente quando os estudantes confraternizam, mesmo após uma derrota em uma competição. Troféus trazem um simbolismo importante, mas ao presenciarmos aquelas atitudes, sentimos que o nosso objetivo tende a alcançar o sucesso”, conclui.

Júlia Costa dos Santos

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Da medicina à música

Aury Hilário
Cirurgião plástico aposentado mantém programas na Rádio da UFRGS e na FM Cultura

Foi aos 13 anos, quando ganhou um disco com canções napolitanas na voz de tenores italianos, que Aury Hilário se encantou pela música erudita. A partir dessa época, ele passaria a viver transitando entre os meandros das canções, mais tarde, da medicina, e, inclusive, entre seus possíveis pontos de encontro. Aos 76 anos, discorre sobre música com a mesma paixão que um jovem falaria de algo que recém descobriu. As mãos ágeis, importantes na carreira de cirurgião plástico – a qual exerceu por 47 anos –, parecem reger uma orquestra, enquanto conversa sobre o mundo dos sons, que descreve como maravilhoso, sobre a maneira especial com que o sensibiliza desde menino e a respeito de sua dedicação em divulgar a música clássica.

“Naquele disco, que ganhei do meu cunhado que vivia em Jaguarão, ouvi, por exemplo, tenores como Enrico Caruso e Beniamino Gigli, e eles cantavam também músicas populares. Depois de ouvi-los, passar para a ópera foi um passo. Foi aí que comecei a sentir a música, que ela passou a me fazer bem.” Ele recorda que na época em que ganhou o disco, por volta de 1953, a música erudita conseguia ocupar um terreno maior: “Esse estilo musical tinha muito espaço nas rádios. Além do mais, existiam muitas óperas, diversas companhias em Porto Alegre. Costumávamos frequentar principalmente as temporadas líricas da Ospa, organizadas pelo húngaro Pablo Komlós”.

Trajatória – Aury cresceu em um ambiente em que era muito incentivado a estudar. Lembra que a mãe, servente em uma escola, sempre insistiu para que ele e a irmã estudassem. Foi com esse afincamento que ele encontrou a medicina. Antes, porém, chegou a trabalhar como funcionário público e bancário, até que, na década de 1960, entrou para a Faculdade de Medicina da UFRGS. “Sempre gostei muito de biologia e queria fazer um vestibular que não precisasse de matemática”, graceja. Ainda estudante, casou-se com Maria Helena, com quem tem três filhos. “Ela está bonita como era quando nos conhecemos”, constata sobre a companheira de longa data. Sobre a paternidade, pondera: “Fui um mau pai, não

consegui passar aos meus filhos o mesmo gosto que tenho por música clássica. Eles toleram, mas o estilo que eles gostam é a música contemporânea. O mesmo com meus netos”.

Apreciador também de tango, bolero e bossa nova, Aury conta que, durante os anos em que exerceu a medicina, nunca deixou a música de lado: “Por volta de 1985, era médico o dia todo e, uma vez por semana, estudava técnica vocal. Digamos que me ‘informei’ e adquiri uma razoável voz de tenor. Cantei em recitais e uma vez com orquestra, mas sempre coisas de menor comprometimento”. Da música, diz ter levado para a cirurgia plástica a criatividade e a sensibilidade para entender que cada pessoa deve ser compreendida de forma individual no seu conjunto físico e em suas vontades, não encarando essa especialidade médica somente como técnica.

Ativismo musical – Há poucos anos, aposentou-se da função de médico e de professor – a qual desempenhou durante 25 anos na PUCRS. Pôde então se dedicar mais intensamente ao trabalho de divulgação da música, o que já vinha sendo construído por ele há algum tempo. Hoje, quando não está assistindo futebol na televisão, passatempo que adora, ele abastece a Agenda Lírica de Porto Alegre, criada em 2005 para divulgar os eventos ligados à música clássica que acontecem na cidade. “O espaço para a música erudita diminuiu

e os eventos acabam não sendo divulgados pela mídia convencional, por isso fazemos esse trabalho que é importante para divulgar os músicos mais jovens”, analisa o médico. Ademais, ele coordena há oito anos o Sarau Lírico no Museu de História da Medicina, em que reúne cantores e pianistas uma vez por mês, e as Cortinas Líricas na Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul.

Aury mantém ainda dois programas de rádio, o Sexta Lírica, na Rádio da Universidade, e o Cultura Lírica, na FM Cultura: “Acabo colocando no ar músicas agradáveis, de fácil assimilação, que as pessoas podem ouvir e sair assoviando. Se se quer atrair plateias, entra-se com coisas mais leves. É como uma catequese. Temos que mostrar coisas de interesse para criar novo público”. Nesses programas, ele abre espaço, inclusive, para divulgar e conversar com jovens músicos sobre suas produções. Aury planeja viver ainda muito tempo ajudando a manter ativa a cena da música erudita em Porto Alegre: “O trabalho que venho desempenhando me satisfaz muito. Sei que estou fazendo algo bom, dando visibilidade a esse gênero e ao trabalho desses novos nomes, que andam bastante sem espaço. Sei que nós somos o passarinho no incêndio. Mas não podemos abandonar a música clássica, senão ela morre”, conclui.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de jornalismo da Fabico



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Sala de desenho

REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS **CARLOS STEIN e FABIO DEL RE**

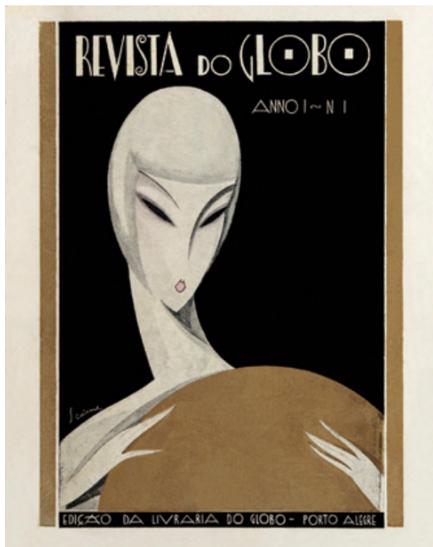
Entre os anos 1930 e 1950, Porto Alegre foi um dos mais importantes centros editoriais do país. Junto com as paulistas Companhia Editora Nacional e José Olympio, a Livraria do Globo foi “não apenas uma editora, mas um empreendimento editorial, intelectual e comercial”, segundo as palavras da pesquisadora Paula Ramos, em recente entrevista ao Jornal da Universidade. As imagens desta página são parte da obra *A modernidade impressa: artistas ilustradores da Livraria do Globo – Porto Alegre*, lançada recentemente por Paula.

Abordando a história da Livraria do Globo a partir de sua produção gráfica, o livro enfatiza os artistas ilustradores que trabalharam na legendaria Seção de Desenho da empresa, na primeira metade do século XX, sob a gerência do designer alemão Ernst Zeuner (1895–1967). Entre eles, alguns dos principais nomes do cenário artístico local: Sotero Cosme (1905–1978), João Fahrion (1898–1970), Edgar Koetz (1914–1969), Nelson Boeira Faedrich (1912–1994), João Faria Viana (1905–1975), João Mottini (1923–1990) e Vitorio Gheno (1923). Esses artistas criavam capas, ilustrações, vinhetas, identidades visuais, num trânsito entre artes visuais, artes gráficas e design.

As imagens têm como traço comum um grafismo irreverente, apelo cromático e composições que dialogam com a linguagem dos cartazes e de certa modernidade que as colocam entre as mais arrojadas do período, indicando um protagonismo importante no Rio Grande do Sul da imagem impressa no cenário das artes visuais.

Além do livro – em grande formato (30 x 24 cm), com 656 páginas e 1.368 imagens, publicado pela Editora da UFRGS – uma mostra com os principais artistas ilustradores da Livraria do Globo, como João Fahrion, Vitorio Gheno, Sotero Cosme e Nelson Boeira, entre outros, está sendo exibida no Museu de Arte do Rio Grande do Sul até o dia 21 deste mês.

JOÃO FAHRION .1				1
SOTERO COSME .2				
NELSON BOEIRA FAEDRICH .3				
EDGAR KOETZ .4	2			4
JOÃO FAHRION .5	5	3		6
ERNST ZEUNER .6				



Intolerância
*Preconceito e hostilidade
no ensino superior são
reflexos da realidade
brasileira*

Diversos, mas iguais

TEXTO
EVERTON CARDOSO

IMAGENS
OBRAS DE SANDRO KA

Rebanho, 2011
Gesso e borracha, 22x35x18cm
Acervo MACRS (Porto Alegre, RS)
Foto: Santo Clic

Exu das almas, de pé e sobre pedestal, fala a um submisso grupo de cordeirinhos coloridos; Jesus Cristo, do alto de sua posição celestial, olha para um veado que, deitado, desvia e baixa o olhar; Vênus de Milo, sem braços e em pose sensual, fita um fogão com utensílios de cozinha. Nas combinações entre o sagrado e o profano, o mitológico e o real, o monumental e o infantil, o artista e doutorando no PPG em Artes Visuais da UFRGS Sandro Ka propõe uma reflexão sobre as relações de poder existentes na sociedade e que estão relacionadas às diferenças. Resultantes de contingências históricas e de processos de dominação, essas hierarquias acabam por apagar a diversidade inerente aos seres humanos e a tornam elemento discriminatório; naturalizam-se, assim, os desníveis.

Dentro do contexto da UFRGS, o clima é, de alguma forma, uma manifestação análoga à que o artista visual já vem propondo em seus treze anos de carreira. Contestação e inconformismo têm sido, recentemente, a reação de parte da comunidade universitária diante de atos de violência mais explícita como o de um estudante indígena agredido por um grupo em frente à Casa do Estudante Universitário (CEU); como os cartazes com os dizeres “Menos empoderamento, mais empauddamento” fixados em alguns centros acadêmicos; como a suástica – símbolo usado pelo nazismo – pichada sobre um cartaz que promovia a diversidade de gênero na Faculdade de Direito. Esses atos explícitos que ganharam visibilidade na mídia e nas redes sociais mostram o quanto a convivência na diversidade é, tanto dentro como fora do contexto universitário, uma questão sempre latente. Levam, ainda, a pensar, debater e combater as pequenas violências cotidianas motivadas principalmente por preconceitos étnico-raciais e de gênero.

Dentro do espírito de desvelamento dessas relações desiguais e das consequências delas para a convivência dentro do ambiente da UFRGS, o Caderno JU empreendeu uma incursão por esses temas e procurou coletivos de estudantes para ouvi-los. A partir disso, rastreou processos e ações da Universidade para entender como a instituição vem se posicionando diante de tais casos. Finalmente, propõe uma reflexão com pesquisadores e docentes que se dedicam a observar e problematizar essas relações de poder marcadas pela desigualdade.



Preconceito

Era sábado, 19 de março deste ano, 1h38 da madrugada. Uma câmera de segurança registra um grupo de jovens na calçada da Avenida João Pessoa, próximo da entrada da Casa do Estudante Universitário (CEU). Dois outros jovens se aproximam: são o estudante indígena Nerlei Fidelis – aluno da Medicina Veterinária na UFRGS e cotista – e seu primo Arenilson Salvador, ambos Kaingang. Eles passam pelo grupo, retornam – dizendo algo – e se dirigem à escada que dá acesso à Casa. Quando chegam à porta, voltam-se para o grupo. Parece haver trocas de palavras – o que não é audível, já que o som não foi registrado. Descem até a calçada e, depois de quase cinco minutos do que parece ser uma discussão acalorada, Arenilson levanta a camiseta, como quem mostra não trazer nada escondido. Nesse momento, todos se deslocam e saem do campo enquadrado pela câmera. Quando voltam a aparecer, o grupo que estava na calçada já agredia os indígenas. Arenilson se desvencilha e foge para o meio da rua. Apesar de o seguirem, consegue distanciar-se e esquivar-se. Nerlei, no entanto, cai. Continua sendo atingido por socos e pontapés. O primo tenta voltar até a calçada, mas é escorraçado por dois dos integrantes do grupo. Um deles, inclusive, o ameaça com chutes que, não fosse a distância, teriam atingido a face do indígena. Vê-se que Nerlei segue deitado na calçada; três dos jovens não estão visíveis na imagem. Passados sete minutos, desde o início da cena registrada pela câmera de segurança, o grupo foge. Arenilson volta até Nerlei e o auxilia.

“O que esses índios estão fazendo aqui?”, teria perguntado um dos estudantes que estavam na calçada, segundo o relato de Marcos Vesolosquzki, parente dos indígenas, estudante de Direito e integrante do Coletivo Indígena da UFRGS. “Meu tio foi tirar satisfação e disse que era um direito nosso, um espaço que estamos ocupando”, conta sobre a reação de Nerlei na situação. A cena percorreu as redes sociais, foi divulgada amplamente na mídia e atraiu para a Universidade muitos olhares. Quatro dias depois, a instituição emitiu nota em repúdio a práticas violentas que envolvessem a comunidade acadêmica, independentemente de onde aconteçam. “Todos os procedimentos para a apuração dos fatos estão sendo tomados, bem como as providências necessárias pelas instâncias pertinentes”, dizia o texto publicado no site da UFRGS. “Ele sofreu agressão física. Teve que trancar o curso e foi para o interior”, relata Marcos ao manifestar indignação com o fato de os acusados pela agressão ainda estarem frequentando as aulas. E conta sobre a cena registrada pelas câmeras e testemunhada por estudantes que moram na CEU: “Quando os envolvidos foram identificados, alegaram que os indígenas estavam armados”. Para ele, o principal problema é o fato de a Universidade ter um processo lento: “Dá a impressão de que ampara essas pessoas que cometem agressões e que têm preconceito”.

Em contraponto à avaliação feita pelo estudante de Direito, a coordenadora do Núcleo de Assuntos Disciplinares (NAD) da UFRGS, Vera Regina da Cunha, diz que parte significativa do que é percebido como morosidade da instituição ou como negligência, na verdade, é fruto dos trâmites que devem ser seguidos, segundo a legislação vigente. Primeiramente, ela explica que, para que um processo disciplinar

seja admitido, é preciso que preencha três pré-requisitos: a denúncia tem de ter fundamento, ser apresentada por escrito e ter autoria, ou seja, não pode ser anônima. Se estiver de acordo com esses critérios, então, o NAD recomenda a abertura de processo. É importante ressaltar que, no caso de estudantes, as medidas disciplinares devem seguir a Resolução 7/2004, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Entre outras coisas, o documento prevê os tipos de infrações e as punições que devem ser aplicadas em cada caso. Podem ser enquadrados nessa legislação atos previstos pelas leis penais, ofensa à integridade física ou à saúde de alguém e violência que resulte em lesão ou morte; elas são avaliadas por uma comissão formada por dois professores e um estudante – se o acusado for um servidor público, o processo segue a orientação da Lei 8.112/1990, que estabelece que o julgamento deve ser feito apenas por servidores estáveis do quadro da instituição.

As punições aos acadêmicos, a depender da gravidade, podem chegar ao desligamento. Vera ressalta, porém, que há alguns procedimentos que devem ser assegurados durante a tramitação do processo: “O acusado tem direito de assistir a todos os depoimentos, isso está previsto em lei. É o que se chama de ‘direito de contraditória e ampla defesa’”. Isso quer dizer que, acompanhado ou não de advogado, o implicado não só pode estar presente nas oitivas dos denunciantes e das testemunhas, como pode fazer perguntas. Ainda, há uma exigência de que o processo corra em sigilo – por isso o nome dos acusados de agressão não é tornado público, o que justifica não terem sido ouvidos para esta reportagem. Se não forem respeitados os parâmetros estabelecidos legalmente, o resultado final pode ser anulado. Nesse sentido, no caso da agressão a Nerlei, a coordenadora do NAD aponta um entrave para o processo: ele foi convocado para depor, mas não compareceu. O estudante indígena, no entanto, registrou queixa na Polícia Federal e, de acordo com Marcos, já prestou depoimento.

O indígena Eleonir dos Santos Fidelis também estuda na UFRGS; é acadêmico de Educação Física e integra o mesmo Coletivo. Era ele que Nerlei ia visitar naquela noite, na CEU. “Ele conhecia todo mundo, tinha morado na Casa”, conta. Eleonir diz que nunca sofreu preconceito dentro da Universidade e que foi muito bem recebido por colegas e professores. Mas ressalva: “Tem pessoas que não gostam de indígenas. Se a Universidade não fizer nada, acaba estimulando que aconteçam essas coisas. Não tem punição.” Marcos relata que estar na UFRGS, para eles, não é um processo fácil, sobretudo em razão das diferenças culturais. Depois de um episódio de violência, diz que isso ficou ainda mais complicado. “Muitos indígenas ficaram apavorados com a agressão e com medo de ir para os cursos. Mas nos mobilizamos enquanto coletivo para cobrar um posicionamento da Universidade. Estamos atentos. Não foram nem ouvidos todos os implicados”, critica. E acrescenta: “Estamos num momento em que as pessoas que têm algum ódio ou preconceito têm se sentido no direito de manifestar isso, e até mesmo de agredir. Se a instituição não tomar alguma providência, a tendência é aumentar”.

No contexto universitário, porém, são frequentes também os casos de preconceito e assédio por conta do gênero e da orientação sexual. No caso das mulheres, têm vindo à tona muitas

O Peso das Coisas, 2012
Gesso e porcelana, 15,5x11x18cm
Acervo MARGS (Porto Alegre, RS)
Foto: Santo Clic



e reação



denúncias e uma forte oposição tanto ao que se tem chamado de ‘cultura do estupro’ quanto às normatizações sociais que lhes impõem um lugar ao qual historicamente têm sido relegadas. No contexto acadêmico, são frequentes os casos que, isolados e dissimulados, acabam por ficar escondidos – seja por serem, de alguma forma, naturalizados socialmente, seja porque os agressores o fazem de forma bastante discreta e sem testemunhas. Nesse sentido, têm surgido coletivos e agrupamentos para que as mulheres se conheçam, se identifiquem umas com as outras e se apoiem na busca por proteção e solução. Exemplar, nesse sentido, é o Manas da Computação, que reúne alunas dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação da UFRGS e tem por objetivo lidar com questões do dia a dia das acadêmicas.

Integrante do grupo, a estudante de Ciência da Computação Roberta Robert diz que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no contexto universitário é que existe uma tendência de “colocar panos quentes e resolver em casa”. Para casos mais sérios, porém, esse tipo de atitude não é considerada suficiente: “Há uma preocupação de que o nome da instituição acabe sujo, por causa de episódios isolados. Mas eles acontecem”. Roberta conta que há casos de estudantes que se afetam emocionalmente por causa do constante assédio por parte dos homens da comunidade universitária: “Conheço uma menina que trancou o curso por um ano. Ela era mais sensível e começou a sentir como se tivesse virado um pedaço de carne. Era um pouco pelo ambiente. Parou de se vestir como gostava, começou a vir cada vez mais tapada, sem usar maquiagem”. Nesse sentido, o que parece um simples elogio por parte de um homem pode não parecer o mesmo para aquela que o recebe; isso pode despertar, na mulher, uma série de sentimentos a partir de experiências negativas que tenha tido; e mais, dependendo de quem vem é invasivo. “Nosso problema é chegar às instâncias que têm mais poder e conseguir apoio para lutar por nossas questões. Conseguimos iniciar, mas precisamos de mais diálogo”, avalia. Na unidade em que estuda, Roberta já percebe uma movimentação interessante: as professoras estão organizando uma assembleia para conversarem. “Querem que o processo de denúncia seja mais direto e impessoal”, pontua. E sintetiza sobre as diferenças marcadas pelas estruturas sociais que cristalizam a diferença entre os gêneros: “Quanto mais hierarquizada e tensa é uma relação de poder, mais frágil ela é”.

Ademais, na sociedade, e o ambiente acadêmico não foge a isso, são frequentes as piadas que, mais ou menos sutilmente, ridicularizam os homens em razão da orientação sexual. De acordo com o estudante de quarto semestre do curso de Políticas Públicas Darlam do Nascimento, muitas vezes esses comentários pejorativos acontecem na sala de aula, até mesmo por parte de docentes, e sequer têm conexão com o tema tratado. Por parte da UFRGS, Darlam, que é membro do Coletivo Ovelhas Negras – onde trata de temas raciais e de gênero – percebe haver uma espécie de discurso pronto: “Não existe muita prática com respeito à diversidade. Quando casos acontecem e são denunciados, morrem na Ouvidoria”. O órgão mencionado pelo estudante é aquele cuja competência é acolher e encaminhar sugestões, reclamações,

elogios e denúncias aos diversos setores da instituição. Também tem a responsabilidade de acompanhar as providências tomadas e garantir uma resposta ao caso. De acordo com a ouvidora da Universidade, a professora Ana Maria e Souza Braga, as demandas são encaminhadas aos dirigentes das diversas unidades; a estes, por sua vez, cabe analisar, averiguar e responder. Neste caso, o processo pode ser feito a partir, inclusive, de uma denúncia anônima – que pode ser encaminhada presencialmente, pelo site, por e-mail, telefone ou carta. “Mais recentemente, as pessoas têm descoberto que o papel desempenhado pela Ouvidoria não existe em outros setores”, afirma Ana sobre um processo que é marcado por discricionariedade e encaminhamento. Na opinião de Darlam, no entanto, medidas como essa não são suficientes. Ele acredita que uma comissão designada especificamente para cuidar de casos relativos à diversidade seria o mais adequado. “Mas seria importante que tivesse um poder que não fosse apenas de indicar um posicionamento para que alguma outra instância decidisse. Teria de tomar decisões”, opina sobre uma ação que ele julga que deveria ter participação efetiva de técnicos e estudantes da Universidade. “Soluções são produzidas, mas não são implementadas. Somos objetos de estudo, mas isso não é posto em prática nem dentro da instituição que produz esse conhecimento”, critica.

Na linha proposta por Darlam, a Universidade instituiu em maio passado o Comitê Contra a Intolerância. Integrado por cinco professores de diferentes departamentos, uma estudante, um representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dois técnico-administrativos e o pró-reitor de Assuntos Estudantis, o grupo é coordenado pelo sociólogo Edilson Nabarro, que também é vice-coordenador da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS. Ainda que não tenha prerrogativa para punir, o Comitê pretende atuar para facilitar as relações institucionais e auxiliar na resolução de casos de preconceito e discriminação. “Nasce de uma conjuntura grave de acirramento e multiplicação de incidentes de várias naturezas. É uma resposta institucional, que mostra o quanto a UFRGS não tem cumplicidade com esses atos”, discorre Edilson a partir de sua experiência de 43 anos como militante orgânico do movimento negro. Nesse sentido, ele avalia que a Universidade é uma instituição que combate o preconceito institucional em suas duas formas – aquele produzido pelas suas estruturas e aquele que é trazido de fora pelos agentes que a integram. “A UFRGS, aparentemente, tem um quadro conservador, mas a política de cotas veio de uma iniciativa institucional, em 2008, em resposta à pressão de movimentos sociais”, diz sobre uma política de reparação social que só foi obrigatória por força de lei a partir de 2012. E sentencia: “Enfrentar a intolerância é um desafio social permanente”. Para avaliar a dificuldade de tratar dessas questões no contexto brasileiro, ele cita o caso do “racismo à brasileira”, que é silencioso. “O Brasil tem racismo, mas não tem racistas”, ironiza. É preciso, segundo ele, que as reações a isso incluam não só a penalização, mas também a desvitimização de quem sofre: “Se tem vítima, tem lesão. E ela tem de ser curada, no âmbito afetivo, emocional”. “Temos muita briga pela frente. Tem quem não queira que o Comitê aconteça. Querem a omissão da Universidade”, sustenta.

Novos modos de pensar

Os preconceitos são, de modo geral, aprendidos. De acordo com o professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Faculdade de Psicologia da UFRGS e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (Nupsex) Henrique Nardi, eles apenas se individualizam no decorrer da história do sujeito. “As pessoas respondem ao contexto social que as produziu. Se temos preconceito racial no Brasil é por que tivemos escravidão, temos diferença de classe e por um tempo o discurso científico referendou essa ideia”, esmiúça sobre processos que, afinal, têm a função social de manter a ordem estabelecida. Como hoje a ciência não mais afiança essas exclusões e hierarquias, tem-se a reação por meio de um pensamento conservador, que busca se legitimar a partir da tradição e da religião. “Quando as diferenças estão muito cristalizadas, elas se naturalizam. Se desnaturalizadas, é possível ver que existem diferenças”, diz. Como consequência, ocorrem reações exaltadas que são proporcionais à maneira como as relações se estabeleceram numa sociedade: “Quanto mais violenta é a imposição das regras, maior é a violência contra quem não se enquadra”. Na avaliação do pesquisador, todas as sociedades que avançaram nesse sentido eram menos desiguais, como Canadá e países do Norte da Europa. “Construíram uma igualdade maior no sentido social e, portanto, nessas outras questões também. Enxergar o outro como igual faz com que se veja a diferença não como algo inferior, mas como diversidade. Diferença não pode justificar desigualdade. Tem de ser pensada como constituinte do humano”, destaca.

Para mostrar o quanto esse pensamento que legitima a desigualdade está presente no contexto universitário, Henrique Nardi cita o trote. Segundo ele, a prática imposta aos calouros contém preconceitos de classe – quando obriga os ingressantes a pedirem dinheiro na sinaleira qual pedintes – e muitas vezes é composta por brincadeiras que pretendem subjugar, inclusive com relação à sexualidade. Nesse sentido, o professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) José Rivair Macedo diz que as manifestações hostis e explícitas na Universidade são expressões da disputa por espaço que já existia antes, mas de forma menos evidente. “A configuração

da Universidade foi alterada com a ampliação do acesso. O monopólio do espaço acadêmico e de formação de uma elite intelectual passou a ser relativizado quando a instituição deixou de ser exclusiva”, pondera. Esse processo permite acesso e empodera os grupos minoritários para pensar e atuar: “Começa a alterar, mesmo que em pequena dimensão, a própria noção de universidade”.

Mudança – Para a professora do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação Maria Aparecida Bergamaschi, o discurso reacionário e as atitudes de ódio emergiram quando o viés transformador apresentou, no Brasil, alguma fragilidade. “Esses grupos conservadores aparecem muito empoderados para dizerem de forma violenta o quanto são preconceituosos. A Universidade tem que ser muito rápida, talvez extrapolar seus entraves burocráticos, para agir de forma mais ágil. Tem de adotar medidas até de caráter punitivo para situações mais violentas”, afirma. Dentro desse escopo de atitudes, mas mais voltadas para ampliar e assegurar a participação e permanência das minorias no espaço universitário, José Rivair cita as ações afirmativas. “Representam uma reversão epistemológica para se pensar a sociedade. Negros, indígenas, mulheres e trans eram tratados apenas como objetos de estudo. Com esse novo lugar, tornam-se atores no processo de explicação da sociedade. Tornam-se agentes. Qualitativamente, essa movimentação acena para um quadro diferente”, preconiza.

Maria Aparecida Bergamaschi observa que a Universidade não tem sabido muito como lidar com as singularidades desses estudantes advindos de grupos minoritários, o que tem causado desistências. Ela pondera, no entanto, que a disposição para refletir sobre o tema já é um ponto de partida importante. “São movimentos que se fazem no andar. Não tem como esperar que a universidade esteja preparada. Existe uma morosidade burocrática e administrativa própria das instituições ocidentais”, avalia sobre a tentativa da UFRGS de sensibilizar a comunidade acadêmica para o tema. José Rivair Macedo faz coro ao dizer que o posicionamento da Universidade diante dessas questões, com medidas disciplinares, já é um fato bastante significativo. “Não alimenta o pensamento de que é possível acontecer esse tipo de manifestação de ódio”, assevera sobre o que ele considera um ambiente privilegiado e que deve ser pautado por reflexão, pensamento e criação.

“Diferença não pode justificar desigualdade. Tem de ser pensada como constituinte do humano.”

Henrique Nardi



Universo Feminino I, 2007
Gesso, plástico e mdf, 25x12x15cm
Foto: Isaias Mattos